

PROJETO

Social na Prática

Um guia para ações
sociais transformadoras



Profª
Elisamara

PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Um guia para ações sociais transformadoras

Prof. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano

Campinas, SP

Abril de 2022

1ª edição

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio – eletrônico ou mecânico, inclusive por processos xerográficos, de fotocópia e de gravação – sem permissão, por escrito, do Autor.

Produção: Editora Mundo de Letras

Diagramação: Cristina Medeiros Lima

Colaboradores: Ana Paula de Oliveira Emiliano e Eliete de Oliveira Emiliano

Ilustração capa: Matheus Luís dos Santos Vieira

Ilustração: Wilmar Bastos

Fotografia: Acervo pessoal autor

Revisão: Giovanna Bertazzolo

ISBN: 978-65-992320-6-0

Impresso no Brasil

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Mônia Elisa Von Zuben Bueno – bibliotecária – CRB 8/9734

Em46p Emiliano, Elisamara de Oliveira
Projeto social na prática: um guia para ações sociais transformadoras /
Elisamara de Oliveira Emiliano. - Campinas: Mundo de Letras, 2022.
136 f.: il.

ISBN: 978-65-992320-6-0

1. Metodologia para projetos sociais. 2. Ação social. 3. Sustentabilidade.
4. Ações comunitárias. 5. Serviço Social. I. Emiliano, Elisamara de Oliveira.
II. Título.

CDD: 360

Índice para catálogo sistemático:

Serviço Social	360
Ação social	361.2
Ações comunitárias	361.8

PROJETO

Social na Prática

Um guia para ações
sociais transformadoras

Prof. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano

Campinas, SP
1ª edição

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Apresentação	11
Prefácio	13
Introdução	15
Antes de tudo, o que é a ação social?	17
Projeto Social	21
Desenvolvimento social como liberdade	33
Desenvolvimento local, integrado e sustentável – DLIS	37
Desenvolvimento humano	40
Por que aprender Projetos Sociais?	45
Passo a Passo	47
Passo a passo para elaboração de um Projeto Social	47
Passo 1 – Quem, quando, onde?	51
Passo 2 – O quê? Ação que será realizada	53
Arranjos e Atores Sociais	58
Diagnóstico rápido participativo – DRP	65
Passo 3 – Por quê? Justificativa	75
Passo 4 – Para quê? Objetivo geral e objetivos específicos	79
Passo 5 – Como metodologia	81
Passo 6 – Resultados	87
Indicadores do Projeto Social na prática	92
Passo 7 – Quando	97
Passo 8 – Quanto	99
Passo 9 – Marco lógico	103
Sustentabilidade	107
Comunicação	109
A comunicação nos Projetos Sociais	109
Palavras de uma Multiplicadora Social	123
O próximo capítulo é com você	131
Referências Bibliográficas	133
Sites para consulta	135

A todos os profissionais que contribuem para uma ação social inclusiva e transformadora no Brasil!

“

Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.

Ariano Suassuna.

”

Para ela

Que é agora uma estrela no céu,
E que sempre me inspirou e inspira
A ter coragem de ir para a arena!
Na memória e no coração, minha mãe
Josélia de Oliveira Emiliano

AGRADECIMENTOS

Como o leitor verá, esse livro é uma das sementes do Projeto Multiplicação Social, portanto, meus agradecimentos a todos profissionais que fazem parte da nossa comunidade de multiplicadores (alunos dos cursos Caminhos para Elaboração de Projetos Sociais, Projeto Social na Prática e Consultoria Social na Prática), que colocaram seus projetos sociais em discussão, refletindo sobre metodologias, instrumentais, anseios e resultados, contribuindo para a definição dos pontos-chaves para uma ação social transformadora.

Um agradecimento especial a Ana Paula de Oliveira Emiliano, que com sua sensibilidade e habilidades profissionais, me ajudou a transformar o sonho de multiplicar meu conhecimento em realidade.

A profissional e aluna Sandra Regina Morato Martins, por sua dedicação e disponibilidade para contribuir com esse projeto.

A querida professora e amiga Gorete Borges Figueiredo, que me acolheu e incentivou o projeto Multiplicação Social, em um momento de grandes desafios e incertezas em nossas vidas.

Vocês são minha razão de estudar, escrever e trabalhar com prazer, dedicação e amor.

APRESENTAÇÃO

Este livro foi escrito para você, profissional que escolheu atuar com ações sociais e está sendo desafiado a elaborar Projetos Sociais coerentes, executáveis e que gerem resultados.

Você pode ser um profissional que escolheu a área social (assistente social), ou simplesmente foi escolhido durante sua jornada, lembrando que esse campo de trabalho é multidisciplinar. Você pode estar atuando no poder público, na iniciativa privada, no terceiro setor, como profissional liberal ou autônomo, ou mesmo participando de um coletivo informal que desenvolve ações sociais e, por isso, precisa aprender a elaborar e executar essa ferramenta, seja para aplicação de recursos disponíveis ou para buscar financiamentos.

Este é um texto resultante de uma jornada de trabalho de campo de duas décadas, com desenvolvimento de ações em diversos setores e organizações, e de dois anos de diálogos com profissionais da área social envolvidos em projetos sociais nas diversas temáticas e políticas sociais.

Quero lhe alertar que este não é um texto com respostas a todos os dilemas das ações sociais do nosso cotidiano, pois todos os dias, milhares de decisões precisam ser tomadas sobre políticas, planos, recursos, programas e projetos. Decisões essas que afetam grupos e coletivos e se refletem na nossa sociedade; decisões tomadas por líderes políticos, gestores,

profissionais etc. Desse modo, a responsabilidade que eu assumo com você é a de passar conteúdo para a construção de projetos sociais que gerem resultados em qualquer escala de atuação para alcançarmos um Desenvolvimento Social com justiça e paz.

Sem ignorar a importância do ano de 2020, seja no aumento das desigualdades sociais, seja nos novos desafios profissionais que estamos vivenciando com a chegada da era digital e instrumental tecnológico, quero estabelecer com você um diálogo didático claro, leve, objetivo e significativo, para, assim, a partir das minhas capacidades contribuir para que você adquira conhecimentos os quais possa aplicar na prática cotidiana no campo das ações sociais. Quero somar com seu repertório profissional para, juntos, multiplicarmos nossos esforços para uma ação social voltada à ideia de quebrar paradigmas e para construir um mundo melhor.

Que esse livro possa também ser usado como guia para boas práticas somando-se conceitos como emancipação cidadã, liberdade, autonomia, governança, transparência, desenvolvimento local e responsabilidade social. Boa leitura e ótimo proveito!

Isaura Quilino

PREFÁCIO

O livro **PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA: Um guia para ações sociais transformadoras** configura-se numa obra que reflete o percurso profissional e do atrevimento na atuação profissional da Assistente Social Elisamara Emiliano que além de dedicar-se na tarefa da construção de projetos sociais, ousou partilhar sua exitosa experiência com todos(as) que tem como espaço de atuação e/ou intervenção o social.

Inquieta com a crescente desigualdade social e evidenciando a crescente perda de direitos e condições dignas de vida por qual a população tem sido submetida, principalmente com o cenário pandêmico que se instalou, buscou inspiração em teorias contemporâneas que trazem o conceito de desenvolvimento social como liberdade.

Citar Amartya Sen - grande teórico que sinaliza que o desenvolvimento não se sustenta apenas no aspecto econômico, mas também nas necessidades humanas essenciais, indicando que a expansão da base informacional das decisões coletivas podem ser construídas como caminho de superação das questões sociais onde um conjunto de liberdades integradas a dinâmica da sociedade, é ter a implementação e a avaliação da justiça nas sociedades contemporâneas o ponto focal para análise e transformação social.

A liberdade política, facilidades e justiça econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora – formam o lastro para o

desenvolvimento social baseado na conquista da liberdade do sujeito social do homem.

Implementar tais ideias, fomentar tais práticas e favorecer a mudança social configura-se no maior desafio profissional assumido nessa obra, na qual o passo a passo apresentado indica um caminho a ser trilhado visando a transformação social, devendo, portanto, ser socializado a muitos e a todos.

A generosa partilha das experiências inovadoras, fruto de uma atuação consistente e de sucesso, e da conectada proposta de provocar os profissionais da área social a fazer uso de recursos digitais para qualificar-se e criar espaços digitais de discussão e transformação da visão de mundo dos diferentes e diversos profissionais do espaço social que atravessaram o caminho de Elisamara, traduz a verdade de que é preciso ousar, partilhar, e estar conectado(a) com os canais e formas diversas de interação e comunicação social.

Desfrutem das reflexões e do passo a passo aqui exposto para a construção, desenvolvimento, monitoramento e avaliação do que é, contemporaneamente, um Projeto Social na Prática.

Desejo que a sua leitura extrapole seu aprendizado e se traduza em práticas inovadoras na realidade social dinâmica e diversa em que estamos todos imersos.

Boa leitura e abertura ao novo!

Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueredo

Assistente Social – Pró-Reitora de
Extensão e Ação Comunitária da UCSal

INTRODUÇÃO

“

Primeiro você decide a mudança que quer ser no mundo, e depois o caminho para multiplicação social.

Elisamara

”

Caríssimo leitor,

Nesta introdução, você conhecerá ou retomará questões básicas sobre o título do nosso livro – Projetos Sociais na Prática, a partir de um alinhamento conceitual sobre o uso dessa ferramenta no contexto do Desenvolvimento Social.

Ter uma visão geral do que envolve um projeto social e seus impactos na nossa sociedade vai ajudar você a compreender a sua contribuição profissional para o projeto de sociedade que você acredita. O risco de estudar esses conceitos e compreender a sua responsabilidade na nossa construção social é você se tornar um multiplicador e não aceitar menos do que mudanças na fazer social tradicional.

Quem compreende o poder de um Projeto Social o leva para vida, começa a pensar em metas e objetivos para melhorar as relações sociais, os ambientes, as habilidades profissionais, porque essa é uma ferramenta que se aplica ao desenvolvimento social, profissional e humano, como vamos ver aqui.

Enquanto sociedade não temos uma cultura de planejamento no nosso país, ou melhor dizendo, não temos uma cultura de aplicar os recursos financeiros em acordo com planejamentos, em especial quando se trata das políticas públicas, os planos que elaboramos em processos participativos, raramente são operacionalizados, medidos, avaliados, atualizados.

Esse texto é para lhe ajudar a compreender que o Desenvolvimento Social que buscamos só é possível quando cada agente social cumpre suas responsabilidades em relação à viabilização de direitos. E que reclamar não é suficiente, é preciso começar por nós mesmos, cada um de nós, trazendo para a nossa prática cotidiana a mudança que queremos ver no mundo.

ANTES DE TUDO, O QUE É A AÇÃO SOCIAL?

Quando pensamos em ação social, vários conceitos passam pela nossa mente, políticas sociais, proteção social, direitos sociais, inclusão social, benefício, apoio a populações vulneráveis, benevolência, entre outras. À primeira vista, parece inconcebível um investimento social que deveria ter como pauta o desenvolvimento da nossa sociedade, tendo como finalidade o atendimento a outros interesses sejam políticos, de mercado, ou mesmo para cumprir a agenda (superficial). No entanto, essas situações são facilmente verificáveis, quando nos aproximamos da operacionalização da maioria das ações das políticas sociais em desenvolvimento.

Por quase um século, as ações dentro dos projetos sociais, vem sendo propostas/impostas a partir do olhar político e assistencialista, desconsiderando as singularidades de cada situação grupo ou população, mesmo após nosso pacto social traduzido na constituição federal de 1988, a qual preconiza o respeito as diversas formas de organização social e cultural, o direito de expressão e a democracia (participação) na construção social, seguimos com a execução das ações sociais, em sua maior parte, pautadas no clientelismo e benesses que não emancipam.

Trata-se de um modelo de operacionalização dos recursos (envolvendo os três setores da sociedade) que apesar de obsoleto, só começou a ficar visível com o cenário da era da informação, acelerado pela

crise sanitária de 2020, que, por sua vez, desnudou as desigualdades sociais (e a dependência da classe mais abastada pela pobre quando se trata da mão de obra doméstica) em todos os meios de comunicação, mobilizando o setor de investimentos sociais e trazendo para a agenda social a pauta da pobreza e das vulnerabilidades sociais.

Essa pauta, para além da responsabilidade do Estado na gestão das políticas públicas (primeiro setor), envolve o setor de responsabilidade social na iniciativa privada (segundo setor) e movimenta o terceiro setor constituído de uma pluralidade de organizações civis, que operacionalizam uma infinidade de projetos sociais. Os agentes sociais desses três setores precisam se reposicionar em relação ao social, não se trata somente de destinar recursos e cumprir protocolos de normativas, é preciso resultados, é preciso uma ação de impacto social.

De uma forma descomplicada, esse livro vai elucidar os elementos que devemos observar para uma ação social de impacto no desenvolvimento social, para uma ideia inicial segue um esquema:



18. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Considere que a curva de crescimento do Desenvolvimento Social é o somatório dos resultados de todos os programas e projetos sociais, em todas as temáticas e políticas, logo, cada projeto conta para o desenvolvimento social, independentemente da escala ou do número de pessoas envolvidas.

Para pensar na ação social (Projetos Sociais) de impacto, é preciso traduzir os conceitos (princípios e direitos) para a prática cotidiana, por meio das metodologias e instrumentais, que, por sua vez, só alcançam resultados quando são consideradas as diferentes dimensões do sujeito social (desenvolvimento humano).

Quando reconhecemos que os Projetos Sociais congregam aspectos coletivos de âmbito social, mas que o foco é no sujeito e na criação de oportunidades sociais para que cada indivíduo se reconheça como cidadão de direitos e de deveres para que possa se desenvolver em sua vida privada e, claro, contribuir para o desenvolvimento social da nossa sociedade, passamos a refletir sobre objetivos e metodologias com um olhar mais aprofundado.

Não é uma tarefa fácil, existem centenas de teorias e livros que defendem essa visão, e, em geral, os enunciados dos Projetos Sociais são referenciados nessas literaturas, sem, no entanto, se refletir na prática cotidiana.

Poderia escrever páginas e mais páginas de citações de projetos e programas pautados nos princípios das políticas, da dignidade humana e na democracia, ações, em diversas escalas, que receberam investimentos públicos, privados ou de organizações multilaterais, alguns com sobreposição de recursos por fontes

diferentes para a mesma ação, sem quase nenhum resultado. Poderia citar centenas de exemplos de uso indevido dos recursos públicos e de outras fontes, no entanto, todo profissional que já teve contato tem conhecimento de situações de desvio de finalidade e de recursos sociais em função de interesses de grupos ou indivíduos. O foco desse livro, apesar disso, não é lhe dar mais uma lista de abusos, e sim, te oferecer ferramentas para romper com esse paradigma.

Um ponto importante, antes de detalharmos o processo de elaboração de Projetos Sociais é a definição de um ponto de partida conceitual, como uma forma de estabelecer a dimensão dialógica, convidando o leitor à uma reflexão (considerando seus conhecimentos e experiências) a partir de um ponto de compreensão conceitual comum.

A ação social perpassa transversalmente pelas políticas públicas e sociais, estando em uma diversidade de temáticas, o que nos leva a uma multiplicidade de conceitos a serem pesquisados a partir de cada temática de atuação para que haja coerência na construção dos Projetos Sociais. Destaco quatro conceitos gerais, sem os quais, a meu ver, não é possível executar uma social de impacto. São eles: o de Projeto Social, o de Desenvolvimento Social como liberdade, o Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado e o Desenvolvimento Humano.

PROJETO SOCIAL

Segundo as mais variadas fontes de pesquisa, – trata-se de um instrumento metodológico para organização, melhoria e resultados da intervenção social, ou das atividades de uma organização.

Na concepção adotada para esse livro, os Projetos Sociais são ferramentas que capturam a nossa realidade complexa em pequenas partes, o que possibilita a definição de metodologias para superação da problemática levantada. Ou seja, é uma ferramenta com objetivos que impactam no desenvolvimento local nas diversas temáticas trabalhadas e no desenvolvimento social a partir dos resultados alcançados.

Um esclarecimento importante sobre essa ferramenta é que não há nenhuma legislação ou normativa que impeça a elaboração (e desenvolvimento) de Projetos Sociais por profissionais das diversas disciplinas, no entanto, os Projetos Sociais no âmbito da política de Assistência Social é função privativa do assistente social, profissional habilitado para lidar com os programas da Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais¹.

Os Projetos Sociais estão presentes nos três setores da nossa sociedade, no primeiro setor, que é o Estado, encontramos três níveis de ação. No primeiro nível nós temos os princípios e diretrizes dos direitos definidos na Constituição Federal e as regulamentações de cada

1. Ver Resolução Nº 109, DE 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

política, como, por exemplo, o SUAS, SUS, Habitação, Meio Ambiente etc. No segundo nível se encontram os programas (linhas de ação e de financiamentos) e no terceiro nível encontramos os projetos sociais como condutores daqueles princípios e diretrizes (direitos) do primeiro nível até a população. Pode-se dizer, assim, que os Projetos Sociais são uma das formas de operacionalização de direitos sociais.

Quanto ao repasse de recursos para as ações sociais na escala Federal ele se dá pela destinação direta aos outros entes (pacto federativo), emendas parlamentares e fundos nacionais das políticas; na escala estadual, os repasses são destinados aos municípios e aos fundos das políticas (programas e projetos) e, na escala municipal, os repasses são destinados aos fundos locais das políticas e a programas e projetos sociais.



Fonte: Emiliano, 2021

22. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Ressalta-se que os projetos sociais, fazem parte da gestão pública e estão ligados em âmbito governamental aos diversos programas das políticas sociais, ainda que o profissional que execute as atividades junto a população não tenha conhecimento do plano de ação ou projeto de um programa, não significa que não haja um documento elaborado para fins de acesso aos recursos que estão sendo aplicados.

Ou seja, o acesso a essas informações poderia auxiliar na definição de metas e estratégias dos projetos, na priorização dos recursos, e ou a necessidade de buscar outros financiamentos/parceiros para se alcançar os resultados da política em questão.

No segundo setor, destacam-se as grandes empresas com setores de Responsabilidade Social, com Projetos Sociais em diversas temáticas, como forma de atender uma série de condicionantes sociais e ambientais para aprovação de empreendimentos, buscar por selos de qualidade para atender um público de consumidores específicos, ou mesmo se posicionar melhor no mercado de capital (por exemplo, a Bovespa tem um índice para valorização de ações de acordo com o nível de responsabilidade social da empresa). Isso vai incidir em financiamentos e outros benefícios conforme as diretrizes da agenda econômica de organizações econômicas mundiais².

Essa agenda articula a questão ambiental, social e

2. Fontes de pesquisa: a agenda do Fórum Econômico Mundial de Davos, as diretrizes para financiamentos do BID, a agenda 2030 da ONU.

governança³ (humanização e sustentabilidade) no setor de Responsabilidade Social, com financiamento de ações sociais (recursos em editais, patrocínios incentivados ou não) ou repassados diretamente, em geral para o terceiro setor⁴). É possível encontrar um diversidade de arranjos que podem ser realizados pelas empresas junto ao primeiro setor, como, por exemplo, a destinação de recursos para ações sociais nos processos de licenciamento, ou em Termos de Ajustamento de Conduta, ou quando se aplica o instrumento da renúncia fiscal, que significa que a empresa está destinando recursos que seriam enviados aos cofres públicos do executivo ou da justiça (tributos e multas) para o financiamento direto de projetos sociais.

Quanto ao terceiro setor, formado por Instituições religiosas, Associações, Fundações, Institutos, Entidades Filantrópicas, Movimentos Sociais, Sindicatos, Clubes, Partidos, o papel dos Projetos Sociais é fundamental para sua existência e funcionamento, visto que, segundo o IPEA, são mais de 820 mil organizações sociais, no Brasil, e por volta de 50% na ativa (2021).

3. ESG é a sigla em inglês para *"environmental, social and governance"* (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa.

4. Destaca-se a Rede GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas, criado em 1989 formalizado como organização sem fins lucrativos, em 1995. É referência no país no tema do investimento social privado, a organização reúne 160 empresas com aplicação de quase 3 bilhões por ano na área social (2021), são investimentos sociais com uma agenda de ações construídas coletivamente com pautas anuais, com objetivos, metas e prestação de contas dos recursos aplicados.

Segundo Melo (2019), grande parte das análises sobre as OSCs no Brasil e, de maneira mais ampla, sobre a sociedade civil, relaciona a trajetória de surgimento e consolidação dessas organizações com fatores de ordem político-institucional, como:

- i) intensificação de ações pela redemocratização política nas etapas finais do período autoritário representado pela ditadura militar no país;
- ii) mudanças provocadas pelo modelo de descentralização de políticas públicas trazido pela Constituição Federal de 1988;
- iii) debate sobre novos paradigmas para a gestão pública; e
- iv) fortalecimento dos movimentos e coletivos constituídos em torno das reivindicações e demandas que marcaram esse período desde movimentos sociais, igrejas e entidades religiosas, organizações de caráter filantrópico e assistencial até entidades ligadas ao investimento social privado, como entendido na atualidade.

Criado no processo de descentralização das políticas públicas no aparato brasileiro, esse setor constitui uma alternativa para fazer frente aos problemas sociais que afetam a população. Mas como a sociedade pode observar com os escândalos (uso indiscriminado de recursos públicos) na década de 90, não é uma solução automática, depende da ética, da gestão, da transparência, tanto quanto a operacionalização das políticas pela gestão pública. A lógica da criação de uma organização da sociedade civil é atender aos interesses coletivos em um recorte geográfico ou temático, na

aplicação de recursos e contribuição para o desenvolvimento social.

Duas décadas após a explosão das ONGs no Brasil, foi aprovado a Lei nº 13.019/2014,¹, também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), constituindo um novo regime jurídico para parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), em regime de mútua cooperação. Essa foi a primeira lei a definir critérios de seleção, execução e encerramento das parcerias, com profundo nível de detalhamento, em âmbito nacional. Também foi a primeira lei a fixar parâmetros de eficácia e efetividade, impondo controle de resultados e outras questões como critérios para alocação de recursos em atividades e projetos de interesse público, processos de execução das atividades e prestação de contas, critérios de participação e controle social.

Oito anos após a aprovação dessa legislação, ainda estamos longe das organizações se adequarem aos parâmetros da lei e das gestões públicas implantarem as novas formas de “relações jurídico-administrativas subvencionais” situadas no campo das parcerias público – sociais, mas, mesmo assim, o terceiro setor segue crescendo e se fortalecendo.

Do ponto de vista da economia, o tamanho desse setor incide na quantidade de ações sociais pelo país e na geração de emprego (o IPEA aponta que esse setor emprega formalmente 3 milhões de pessoas)⁵, e quanto aos dados de investimentos sociais, em 2015, o IBGE apontou que o setor correspondia a 1,4% do

5. Lopez, 2018.

PIB, por volta de 32 bilhões, no entanto a Rede Gife refutou o dado publicando relatórios que apontam que o terceiro setor corresponde a 5% do PIB, na casa de 114 bilhões.

A ausência de dados sobre o impacto desse setor na economia nos últimos anos pelos órgãos oficiais não significa a redução de recursos, segundo Martins⁶ (2021), "a colaboração financeira direta em projetos e entidades do 3º Setor por empresas, Institutos, Fundações empresariais e independentes e de Fundo Filantrópico Particular, ultrapassou R\$ 5 bilhões em 2021.

Não se pode ignorar o papel de cada setor da sociedade na operacionalização das políticas sociais e o impacto das ações sociais na qualidade de vida da população, bem como no aprimoramento e inovação das políticas e na economia, ou seja, o papel dos projetos sociais para o desenvolvimento social.

No esquema da próxima página, vemos como os projetos sociais se articulam aos três setores da nossa sociedade. Infelizmente, apesar das normativas sobre a transparência governamental e governança nas instituições e dos diversos portais digitais para pesquisa, não há dados organizados e atualizados que possibilitem compreender o volume de investimentos em projetos sociais no Brasil.

Com os dados da plataforma +Brasil é possível se ter a leitura dos recursos federais destinados as ações sociais (entes e organizações), mas por parte das gestões estaduais e locais não se encontra

6. Fonte: <https://valorcultural.com.br/saiba-para-onde-vai-o-dinheiro-da-cultura-sob-a-otica-da-responsabilidade-social/>



Fonte: Emiliano, 2021

informações suficientes sobre os repasses de recursos para execução de políticas sociais, seja por meio de contratação de empresas ou em parceria com OSCs.

Para transpor as análises descritivas e gerais sobre os investimentos nas políticas sociais, teríamos que ter uma base de dados sobre as destinações de recursos das diferentes fontes, sistematizando os dados dos recursos federais, estaduais e municipais (considerando a sobreposição de repasses), relatórios das doações registradas na Receita Federal e dados sobre os repasses do segundo setor e de fundações do próprio terceiro setor.

Abaixo, segue uma tabela, um exercício de sistematização das fontes de recursos mais conhecidas, para mostrar as dificuldades de se compreender o volume de recursos aplicados para operacionalização das políticas sociais:

Tabela 1. Fontes de recursos

Fonte	Órgãos	Informações	Acesso	Estimativa
Recursos Públicos	Federais	Plataforma +Brasil Portal da Transparência. Site dos Ministérios. Conselhos Federais (editais c/ recursos para políticas específicas, como (criança/adolesc., idoso, saúde, assist. social...))	Internet	R\$15 bi ano (2020)
	Estaduais	Relatórios de execução dos fundos das políticas, contratações nos diários oficiais. Site das políticas públicas estaduais (Sec. Da Saúde, Educação, Trabalho....). Portal da Transparência Estaduais.	De alguns fundos na internet, diários disponíveis para consulta na web	26 estados, considerando somente os fundos das políticas ⁷ da Assistência Social, Educação, Habitação, Saúde – 104 fundos de recursos
	Municipais	Relatórios de execução dos fundos das políticas, contratações nos diários oficiais. Fundos de Políticas Públicas Específicas. Portal da Transparência Municipal (existente em alguns municípios)	De alguns fundos na internet, diários disponíveis para consulta na web. Site de cada Conselho (idoso, assistência social, criança/adolescente) Site das prefeituras, google.	5.568 municípios considerando Assistência Social, Educação, Habitação, Saúde, são 22.272 fundos de recursos

7. As políticas de Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Saneamento Ambiental também possuem destinação de recursos para Projetos Sociais, atrelados às intervenções financiadas.

Fonte	Órgãos	Informações	Acesso	Estimativa
Judiciário	Ministério Público	Recursos de multas (editais)	Solicitação formal (dado específico)	Um órgão Federal e 26 órgãos estaduais
Investimentos do setor Privado	Responsabilidade Social	Relatórios da GIFE (empresas associadas), relatórios de RS	Rede Gife na Web Site das empresas. Perfil de Patrocinadores em valorcultural.com.br Site das Fundações e Institutos criados por empresas.	Rede GIFE R\$5,3 bi (2020) Demanda pesquisa em cada empresa
	Termos de ajustamento de conduta	Relatórios das empresas, Ministério Público, Gestão pública	Solicitação formal (dado específico)	Demanda pesquisa em cada município
	Licenciamentos	Relatórios das empresas, Gestão pública	Solicitação formal (dado específico)	Demanda pesquisa em cada município
	Doações	Base da Receita Federal	Solicitação formal (dado específico)	Doadores protegidos por sigilo, dados não divulgados



30. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Fonte	Órgãos	Informações	Acesso	Estimativa
Investimentos do 3º	Fundações	Relatórios internos	Solicitação formal (dado específico) Site das Fundações e das OSCs	Demanda pesquisa em cada organização
	Organismos internacionais	Relatórios internos	Legislação internacional	Dados não divulgados
	Pessoas físicas	Base da Receita	Solicitação formal (dado específico) Rede GIFE informa montante de doações de pessoas físicas recebidas pela rede.	Doadores protegidos por sigilo ⁸ , dados não divulgados

Fonte: Emiliano, 2022

A dificuldade de levantar e sistematizar os dados sobre a destinação de recursos (ações, temáticas), aliada à falta de transparência sobre os resultados nas ações, se expressam na cena contemporânea, na aceleração do aumento das desigualdades, nas fragilidades da execução das políticas sociais pela gestão pública, nas dificuldades do terceiro setor que resultam, entre outras coisas:

- no fechamento de organizações por perdas de recursos devido à gestão ineficiente ou falhas na prestação de contas;
- na geração de inúmeros projetos abandonados, na elaboração de projetos com metodologias

8. Dados sobre isenções, imunidades tributárias e incentivos fiscais, incluindo também as doações da sociedade brasileira para as organizações, são resguardados pela Receita Federal do Brasil.

inadequadas para o atendimento das necessidades da população atendida;

- nas organizações com ações adequadas à população sem acesso a recursos;
- em fundos de políticas sociais com recursos parados sem metas de aplicação; e, chegando ao nível profissional, na falta de capacidade técnica para o planejamento, execução e monitoramento das ações sociais.

São muitas questões que demandam aprofundamento nas pesquisas e análises no âmbito dos recursos, pois cabe a cada profissional o exercício da pesquisa sobre seu campo de atuação, sobre os recursos nos orçamentos da gestão pública nos três níveis de governo, especialmente no nível local (Plano Plurianual, Lei orçamentaria anual), no fundo ao qual se articula à temática, investimentos para o período, prestação de contas dos últimos anos, outras fontes de financiamento. Seguir o dinheiro destinado à política que atuamos é um ótimo começo, ainda que possam ser penosas as descobertas sobre como ele vem sendo aplicado.

Enfim, os Projetos Sociais são ferramentas de **planejamento, execução e gestão** das ações sociais, aplicadas na operacionalização das políticas sociais, voltadas ao desenvolvimento social e que se articulam nos três setores da nossa sociedade, e em todas as esferas de governo e organizações sociais, logo, se articulam às atividades profissionais de todos que atuam na área social.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO LIBERDADE

Anteriormente, conceituamos os Projetos Sociais como uma ferramenta que se articula aos três setores da sociedade, com potencial de contribuir no enfrentamento das desigualdades sociais em sua escala de execução, e, portanto, no desenvolvimento social, que será o próximo conceito a ser trabalhado.

De uma forma descomplicada, esse conceito se refere às circunstâncias de desenvolvimento econômico e social de uma sociedade e ao impacto do crescimento de uma economia na melhoria de qualidade de vida dos sujeitos sociais. Além disso, desenvolvimento social também se refere ao acesso às políticas públicas, a oportunidades de se desenvolver como sujeito e de contribuir com a sociedade, ou seja, sobre quais são os reflexos das riquezas de um país no desenvolvimento humano.

Adotamos, nesse livro, o conceito Desenvolvimento Social como liberdade do autor Amartya Sen⁹, que aponta a superação da questão social como a chave para o desenvolvimento social e um conjunto de liberdades integradas que incidem no desenvolvimento de uma sociedade.

No Brasil, é possível ler as desigualdades sociais em poucos dados. Segundo um artigo da BBC, em 2021, os 10% mais ricos ganham quase 59% da renda nacional

9. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia (devido ao seu trabalho em economia do bem-estar em 1998) e do Prêmio Humanista Internacional da International Humanist and Ethical Union (2002).

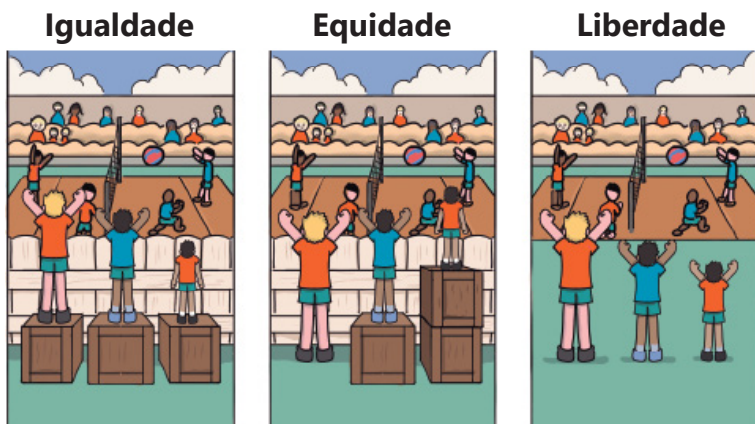
total; os 10% mais ricos ganham 29 vezes mais que os 50% mais pobres; a metade mais pobre concentra menos de 1% da riqueza do país e o 1% mais rico possui quase a metade da fortuna patrimonial do país. Na classificação mundial caímos para a 12ª economia do mundo (2022) – ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) esteja negativo nesse momento – dado o cenário econômico – e ocupamos o 84º (Octogésimo Quarto) lugar no mundo quanto ao indicador que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os dados estatísticos, e mesmo a nossa realidade vivida cotidianamente, apontam que o desenvolvimento econômico tem sido um fim nele mesmo, riquezas que não se refletem na ampliação das melhorias nas condições de vida de nossa sociedade, portanto, não produzem desenvolvimento social e nem humano. É preciso compreender que esses resultados são a somatória das atividades políticas, econômicas e sociais mantidos pela ação dos diversos agentes como o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos, a mídia, os sujeitos sociais e os outros diversos grupos.

A partir dessa visão, o desenvolvimento social não se pauta apenas na redistribuição de renda, no alcance de uma igualdade na qual todos recebam o mesmo recurso, ou na equidade na qual cada um tenha acesso limitado a um padrão pré estabelecido e sim no conjunto de liberdades articuladas, liberdades econômicas, políticas e segurança social.

O autor considera fatores de privação de liberdade: a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a repressão, bem como a negligência de serviços públicos.

34. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA



E a privação de uma liberdade pode levar a outras privações, como, por exemplo, à privação de oportunidades de trabalho e geração de renda, e ou de programas sociais, que priva as pessoas de uma alimentação saudável, de uma moradia adequada, do acesso ao saneamento, e, por sua vez, se um sujeito que está vivenciando essas privações das necessidades básicas indiretamente será privado da vida política, visto que um sujeito social com fome vai ter limitações para refletir e contribuir nos processos democráticos (participativos).

A pretensão aqui é apontar os princípios básicos do Desenvolvimento Social como Liberdade a partir da articulação dos cinco tipos liberdades elencados pelo autor (Sen:2010) – Liberdade política (democracia, transparência, pluralidade); Facilidades econômicas (Mercado cumprindo sua função no desenvolvimento social, gerando oportunidades, investindo em tecnologias e soluções para melhoria da qualidade de vida); Oportunidades sociais (saúde e educação); Garantias de transparência (inibir corrupção e desvio de finalidade) e Segurança protetora (assistência social e

benefícios diversos) – são esses princípios que formam a noção mais primordial para um DESENVOLVIMENTO SOCIAL lastreado na conquista da liberdade.

Considera-se nesse conceito a articulação entre os sujeitos sociais que atuam de forma consciente para a construção de uma sociedade livre (capital humano, capital social, capital empresarial), e líderes políticos que formam um governo comprometido com esse fim (notem que os governos são reflexos da população), essa equação tem o potencial de gerar um Estado menos desigual e uma economia voltada ao bem-estar social. Só há liberdade quando sociedade e Estado constroem as condições sociais para uma base de equidade material. Nas palavras do autor:

“

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.

(SEN, 2000, p. 71)

”

Em síntese, tudo o que alguém realiza recebe influência de oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições que o habilitam (boa saúde, educação, condições econômicas mínimas, entre outros). Todas estas oportunidades, por sua vez, estão conectadas e amparadas nas liberdades políticas que auxiliam na organização do Estado.

36. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – DLIS

A aplicação prática do conceito de Desenvolvimento Social como liberdade requer uma série de arranjos e agendas, em todas as temáticas e políticas públicas e envolvendo todos os agentes sociais em todas as escalas.

Na escala de país, os princípios e diretrizes do desenvolvimento social são encontrados na Constituição Federal de 1988, bem como em suas regulamentações e programas para a operacionalização dos direitos sociais na escala local, ou seja, a escala de atendimento ao cidadão.

Podemos resumir o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, que envolve planejamento e gestão compartilhada do processo de desenvolvimento em comunidade locais (recorte territorial), considerando as potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, problemas, limites e obstáculos do coletivo e território, a partir dos quais é possível escolher vocações, estabelecer metas, definir estratégias e prioridades, monitorar e avaliar resultados.

Uma visão de futuro voltada a criar no agora o futuro desejado, em forma de plano elaborado e executado com base em princípios como cooperação, confiança, participação e ética.

Esse conceito vem sendo trabalhado em programas financiados por organizações internacionais como

Banco Mundial e ações da Agenda 2030 da ONU¹⁰, pois articula e amplia a visão do trabalho social abrangendo as dimensões: da melhoria da qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), das melhorias para o coletivo (desenvolvimento social), das melhorias voltadas para as pessoas que estão vivas hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

O desafio do profissional, ao trabalhar com esse conceito, é articular à metodologia e arranjos (institucionais, recursos, políticos), outros fatores como:

CAPITAL HUMANO

Conjunto de habilidades, conhecimentos e competências das pessoas, é preciso articular no trabalho social, ações de educação, capacitação, treinamento e oportunidades de crescimento que geram a melhoria da qualidade de vida.

CAPITAL SOCIAL

Se trata de uma organização, de um conjunto de pessoas que participam, cooperam e confiam no grupo. Articular atividades de fortalecimento das organizações sociais no território.

DLIS

CAPITAL EMPRESARIAL

É a cultura empreendedora, o fazer acontecer (capacidade de protagonismo). Desenvolver ações de empreendedorismo para sujeitos interessados (com capacidade) nessa temática, ainda que o cenário econômico empurre a população.

CAPITAL NATURAL

O reconhecimento do valor do capital natural, está em compreendermos os ciclos naturais, adotar nas ações sociais propostas métodos de desperdício zero, usar os recursos com maior eficiência e melhor aproveitamento, sem deixar de atender as necessidades humanas e sem ação predatória (equilíbrio).

10. Ver o Projeto Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado do Alagoas. <https://dados.gov.br/dataset/grotas-estrategias-urbanas-e-habitacionais>

Quando se elabora um diagnóstico socioterritorial, são levantados os dados sob todos esses aspectos, o que possibilita a definição de metodologias de ação de acordo com o cenário e recursos. A chave para o desenvolvimento das ações está na gestão compartilhada, pois as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento têm como base um elevado nível de cooperação e colaboração entre os agentes envolvidos, um enorme desafio a ser superado no campo das relações, conflitos e disputas de ordens diversas. Ressalta-se a importância da participação da população para esses projetos, segundo o autor da metodologia para o desenvolvimento local integrado e sustentável:

“

Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

(Paula: 2008)

”

Pode parecer complexo, e mesmo utópico à primeira vista, mas é preciso que cada profissional da área social compreenda que o enfrentamento da pobreza não se resume à promoção da assistência social, pois além da proteção social o combate efetivo à pobreza se inicia quando trabalhamos o resgate do sujeito social, de sua autoestima, seu valor para o desenvolvimento social coletivo. Estamos falando de políticas, programas e projetos sociais que estimulem as mudanças de modelos mentais, que auxiliem na superação do medo do fracasso, que ensine a sonhar e a tornar as pessoas capazes de promoverem seus objetivos e alcançarem a liberdade de gerar suas contribuições, seu legado no desenvolvimento social.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

A essa altura ficou claro que não há desenvolvimento social sem o desenvolvimento humano, e se analisarmos as disciplinas que estudamos nos cursos da área social vamos perceber que cada uma delas se aprofunda em uma dimensão de saberes que são interdependentes, todas se voltam para a questão do desenvolvimento de sociedade e todas têm o **ser humano** como objeto central de estudo e ação.

A sociologia aborda o funcionamento da sociedade, valores sociais: estrutura social, grupos, classes e papel do indivíduo; a Economia trata do Conjunto de atividades de produção, distribuição e consumos de bens e serviços necessários a sobrevivência do indivíduo e desenvolvimento social; a Antropologia versa sobre a dimensão histórica do ser humano, multiplicidades e pluralidades do indivíduo; a Filosofia traz estudos sobre a existência valores, padrões, mentalidade, linguagem da sociedade e do indivíduo; a Psicologia traz estudos do comportamento do ser humano e processos mentais; a Ética aborda o conjunto de valores e princípios que norteiam a conduta do indivíduo; a Legislação é um conjunto de normas que estabelece condutas e ações aceitáveis ou recusáveis de um indivíduo; a Pesquisa traz estudos para compreensão de cenários sociais e comportamentos dos indivíduos, antecede a definição de objetivos e metodologias da ação social. Esses são alguns exemplos de disciplinas que influenciam nossa base teórica para ação social.

O conceito adotado aqui é o do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento - PNDU, segundo o qual o desenvolvimento humano é,

“

...um processo de expansão das liberdades das pessoas para levar uma vida saudável, prolongada e criativa; alcançar as metas que consideram valiosas e participar ativamente do desenvolvimento de maneira sustentável e equitativa em um planeta compartilhado.

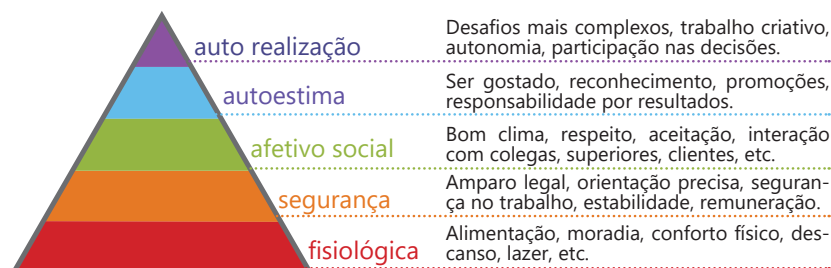
”

A abordagem do desenvolvimento humano nos Projetos Sociais requer metodologias voltadas para um processo de transformação contínua, em ciclos de aprendizagem, aprimoramento e inovação. Outros fatores a serem considerados são: a interação com o meio ambiente nas dimensões cultural, social e ambiental; e as características afetivas, cognitivas, sociais e motoras da população envolvida em cada Projeto social.

Ainda que os enunciados das ações sociais sejam repletos de objetivos em relação ao desenvolvimento humano, nossas metodologias e protocolos pouco refletem essa dimensão. Não é objetivo desse livro enumerar críticas ao fazer social, às práticas que não correspondem aos conceitos, às teorias que não se desdobram em metodologias e instrumentos da ação. No entanto, é preciso reafirmar que o ser humano é a base da ação social e o custo do desenvolvimento pautado no racionalismo, ou nessa incoerência entre narrativa e ação, é o aumento das desigualdades sociais.

E, por isso, se o ser humano é a base da ação social, precisamos buscar conhecimentos sobre as capacidades humanas e suas diferentes dimensões, há uma

pluralidade de estudos e pesquisas especialmente no âmbito da psicologia e filosofia. Utilizaremos aqui uma das teorias mais conhecidas no âmbito do comportamento humano, do autor Abraham Maslow, ícone da psicologia humanista, a pirâmide¹¹ de que aponta os níveis de necessidades do ser humano, que nos ajuda a compreender de uma forma geral os comportamentos dos sujeitos sociais.



Fonte: Maslow, 1962

Considerando os níveis da pirâmide, podemos refletir sobre vários aspectos. Por exemplo, ao trabalharmos com oportunidade de lapidação das capacidades produtivas, a oferta de uma formação educacional pode exigir uma condição de dedicação e saúde mental não condizente com a realidade de um sujeito que enfrenta dificuldades econômicas para suprir as necessidades fisiológicas. Por outro lado, proporcionar somente ações de proteção e atendimento das necessidades fisiológicas não gera impulsionamento para que o sujeito acesse ou busque novas dimensões do processo de vida.

Sabemos que as políticas sociais, por meio de programas e projetos sociais, são em sua maioria voltados

11. Apresentada em 1943 no artigo "Uma teoria da motivação humana", a pirâmide de Maslow é amplamente utilizada em diferentes disciplinas.

à garantia do básico (base da pirâmide). Isso porque com a crise sanitária (2020) e aumento da insegurança alimentar no país em 2021¹², parece ser coerente seguir com essa prioridade. Mas é preciso ter ciência que não é suficiente para o desenvolvimento humano pautado em justiça social, esse, além da proteção básica, requer ações voltadas para educação e saúde de qualidade e a geração de oportunidades para que as pessoas possam alcançar suas metas (acessar os outros níveis da pirâmide).

É paradoxal que as ações sociais voltadas ao desenvolvimento social e humano (enunciado), se traduzam em projetos de distribuição de alimentos e outras ações de base (cultura, esporte, creche, acolhimentos diversos), com pouco enfrentamento das relações de dependência. Obviamente que autonomia e liberdade demandam responsabilidades e há uma preferência cultural em reclamar direitos e terceirizar os deveres e as responsabilidades que precisam ser superadas para avançarmos no desenvolvimento social e humano.

São muitas as ferramentas de desenvolvimento humano que podemos unir aos instrumentais tradicionais das ações sociais para trabalhar essa dimensão da autonomia, das capacidades individuais e seus reflexos no contexto social, de forma a gerar pequenas fissuras no paradigma vigente.

Esse entendimento só é possível quando nos desligamos da ideia de que haverá uma mudança ética e

12. Uma pesquisa da FIOCRUZ apontou que em números absolutos: 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos em 2021. <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/>

comportamental, automática e ou repentina a partir de algum fator externo, quando percebemos que o macro cenário é a somatória de todos os microcenários, fazendo alusão a uma imagem, pensemos em uma represa com uma barragem que mantém a água, a barragem é esse legado socio histórico do clientelismo, e a cada projeto social que produz autonomia e proporciona o alcance de uma ou mais liberdade para o sujeito social, pequenas fissuras vão surgindo do lado de dentro, as águas represadas começam a buscar o caminho para fluir livremente, até que um certo número de fissuras sejam suficiente para romper com a barragem.

Não é uma tarefa simples, mas não é impossível. Todo profissional pode experimentar técnicas como escuta ativa, comunicação não violenta e se apropriar da comunicação social como uma ferramenta de base para o compartilhamento de informação de qualidade e educação. São muitas as ferramentas disponíveis para trabalharmos a questão cognitiva e comportamentais em ações voltadas ao coletivo, por esse motivo cada profissional deve buscar compor seu acervo e criar seus protocolos diante dos diferentes cenários que encontramos no cotidiano.

POR QUE APRENDER PROJETOS SOCIAIS?

Além de tudo que já foi exposto nesse livro sobre as potencialidades da ferramenta para o desenvolvimento social e desenvolvimento humano, quero destacar três dimensões no âmbito da nossa individuação do nosso crescimento pessoal.

Desenvolvimento Humano

Fortalecer nossos valores e ética por meio da ação prática, lapidar nossas habilidades como flexibilidade mental, comunicação, empatia, habilidades sociais, planejamento, resolução de problemas, atenção e percepção, entre outras.

Desenvolvimento Profissional

Os conhecimentos necessários para elaboração de um Projeto Social coerente (leitura de cenários, definição de objetivos e metas, escolha de estratégias e metodologias para alcançar os resultados desejados) conduzem o profissional por uma trilha de experiências como técnico, gestor e consultor (professor, mentor, treinador etc.)

Desenvolvimento Social

A qualidade do nosso serviço e os resultados de cada ação social que contribuimos somam-se a essa rede constituída pelos programas e projetos sociais em todas as temáticas e níveis de governo, compondo a teia do desenvolvimento social.

Ou seja, você se desenvolve, gera valor com seu capital humano, realiza sonhos e contribui para melhorar a qualidade de vida de outras pessoas. Diante dessa contextualização, passamos de agora em diante para a elaboração dos Projetos Sociais.

PASSO A PASSO

PASSO A PASSO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL

A composição de Projetos Sociais não é uniforme, pois depende de critérios das políticas públicas aos quais a temática se articula e critérios de seleção de agentes financiadores. Há uma base geral para a organização e redação dessa ferramenta de planejamento das ações sociais, que contempla objetivos, atividades, metas, recursos, cronogramas. A tabela abaixo traz os itens básico para a compreensão da composição de um Projeto Social:

Tabela 2. Itens de um Projeto Social

Questão	Item do projeto	Descrição
Quem, onde?	Identificação	Organização, missão, local
O quê?	Ação que será realizada	Ação no contexto socioambiental, cultural, econômico que afeta a comunidade/território
Por quê?	Justificativa – fundamentação	Quais os principais problemas o projeto social pretende ajudar a resolver? Quais potencialidades e oportunidades existem para a execução do projeto? Por que o projeto é importante para o alcance do objetivo? Qual a importância do projeto no contexto apresentado? Qual inovação ou diferencial traz?



Questão	Item do projeto	Descrição
Para quê?	Objetivo Geral	O Objetivo geral é um guia para a solução daquela questão dentro da temática, com qual mudança na realidade macro o projeto vai contribuir?
	Objetivo Específicos	Quais as mudanças ou resultados concretos o projeto pretende alcançar?
Como?	Metodologia	Ferramentas, instrumentais e técnicas que serão utilizadas para executar as atividades propostas.
Medição de Resultados	Indicadores	Parâmetros para detalhar em que medida os objetivos do projeto serão alcançados
Quando?	Cronograma	Período e sequência cronológica de desenvolvimento das atividades
Quanto?	Orçamento	Composição das despesas de Custos Fixos, Recursos Humanos, Encargos Sociais, Equipamentos e Material Permanente, Comunicação, entre outros

Fonte: organizado por Emiliano, 2020

Esses oito itens correspondem a um planejamento básico, que pode ser acrescido de itens como marco lógico, sustentabilidade, etc. por agentes financeiros, por isso antes de começar a elaborar o documento, é preciso avaliar e as regras estabelecidas pelos fundos de apoio aos projetos, bem como pelas concedentes, que definem modelos específicos com itens e títulos. Atualmente, as propostas são enviadas pela internet, sendo a cada dia mais comum o preenchimento de formulários online¹³.

13. Atenção, esses formulários têm número máximo de caracteres, uma dica de ouro é observar o número de palavras de cada item para evitar retrabalhos no momento do preenchimento online, com a redução de textos. Fazer a redação diretamente no formulário também não é indicado dados os riscos.

48. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Uma dica para maior assertividade na busca por apoios é estudar os proponentes, conhecer as temáticas nas quais viabilizam projetos (sociais, ambientais), de forma a se inteirar pelas preferências da organização, além compreender as possibilidades de disponibilização de recursos.

Outro ponto a ser analisado em conjunto com as regras de acesso aos financiamentos são as necessidades da organização, os materiais disponibilizados e os prazos para apresentação dos projetos sociais (em caso de editais). Uma boa proposta deve ser coerente com o cenário da organização e da demanda (público-alvo) e clara para ser entendida e despertar, em quem lê, o interesse de apoiar.

A organização de documentos em uma instituição que acessa financiamentos de agentes externos, provavelmente contará com boa parte das informações necessárias sistematizadas, mesmo que estejam desatualizadas. Por outro lado, são muitas as instituições que não possuem uma organização de documentos e relatórios de atividades desenvolvidas desde sua fundação ou do último período, o que pode demandar tempo para levantar e organizar as informações que antecedem a redação do Projeto Social¹⁴.

Antes de iniciar a redação de um Projeto Social de impacto, é preciso responder as seguintes questões:

14. Para efeitos de consultoria, esse trabalho deve compor o cálculo das horas a serem remuneradas.

Qual o objetivo da proposta?

Aqui, pode ser a elaboração de um Projeto Social inicial para uma Organização Social (estruturação da metodologia e do trabalho da equipe); a elaboração de uma proposta de uma ação social específica dentro de um projeto maior para pleitear financiamentos; a elaboração de Projeto Social para parcerias que podem ou não envolver recursos financeiros, bem como outras necessidades da organização.

Quais os recursos disponíveis?

Documentos, contribuições técnicas, recursos materiais, estudos e normativas. Há disponibilidade orçamentária da OSC para financiamento do projeto de forma integral, parcial ou inexistente? Há recursos e ou insumos definidos para busca de parceiros e/ou financiadores? Há proposta de captação de recursos (financeiros, materiais, físicos planejados)?

Qual a transformação desejada?

A partir do cenário e recursos disponíveis que transformação se busca com o desenvolvimento do projeto.



DICA

Embora a sequência de apresentação de um projeto social, corresponda aos itens apresentados, o processo de elaboração não atenderá necessariamente a essa lógica, pois depende dos documentos disponíveis e do processo de reflexão e articulação dos pontos.

PASSO 1. QUEM, QUANDO, ONDE?

A identificação do proponente do Projeto Social, bem como o nome do projeto, dados da organização, dos gestores e contato, são, em geral, o primeiro item solicitado pelos diversos agentes financiadores.

Indica-se como primeira atividade uma entrevista com os responsáveis pela organização ou setor (público) para levantamentos diversos de projetos sociais elaborados anteriormente, relatórios de atividades desenvolvidas, avaliações e documentos de formalização (Organização da Sociedade Civil).

Para complementar a entrevista, pode ser realizada uma pesquisa em sites, redes sociais, bibliotecas de faculdades locais buscando artigos, TCCs, Dissertações ou Teses que abordaram as ações sociais da organização.

Sobre a escolha do nome do Projeto Social, destaca-se que não deve ser confundido com o nome da organização, e deve ser pensando a partir da identidade do público alvo, de forma a se tornar referência. Um nome que represente o significado da ação social, que sensibilize os participantes e os apoiadores. O nome de um projeto social bem-sucedido torna-se uma marca, ou seja, uma referência de boas práticas e pode se tornar um facilitador para obtenção de apoios.

Para essa escolha, é indicado envolver outras pessoas da organização. O título do Projeto Social deve fazer referência a informações sobre a ação social,

os grupos sociais envolvidos e ou território; pode ser definido um título e um subtítulo para complementação das informações.

PRÁTICA

Organizar uma pasta digital/física com:

- Informações da organização: Certidões, atas, estatutos, documentos/contatos dos responsáveis;
- Informações das ações sociais: Projetos sociais anteriores, relatórios e avaliações, fotos;
- Elaborar um resumo contendo: data da fundação, histórico de atuação (linha do tempo), público prioritário, comunicação social (redes sociais, vídeos, site).
- Normativas: legislação sobre a política social tema do projeto, normativas operacionais para o setor, manuais, edital ou chamamento público para o qual o Projeto Social será elaborado.

PASSO 2. O QUÊ? AÇÃO QUE SERÁ REALIZADA

Trata-se de identificar a ação que está sendo proposta, situando-a em um contexto socioambiental, cultural, econômico e/ou outras questões que podem estar afetando esse grupo ou território.

Os demais itens do projeto social devem se articular de forma coerente com a ação que está sendo proposta. Portanto, se a proposta tem a ver com educação, por exemplo, no contexto devem ter dados e apontamentos sobre a educação junto ao grupo e território, de forma a produzir a base para fundamentar o projeto, no passo da justificativa.

A contextualização inicial, ou diagnóstico¹⁵, pode ser elaborado a partir de levantamentos de dados secundários, entrevistas com atores chaves e visita técnica, raramente encontramos dados primários atualizados disponíveis¹⁶ e acessíveis em banco de dados e a depender do tamanho do grupo ou território. A aplicação de cadastro ou enquête prévia inviabiliza a elaboração da proposta por falta de recursos humanos e financeiros para tal atividade.

15. O diagnóstico trará subsídios para a proposta da ação (o que) e para a Justificativa (por que).

16. Em projetos sociais articulados a equipamentos sociais, é provável que haja informações sobre o perfil socioeconômico do grupo a partir dos cadastros sociais. Alguns projetos sociais impactam territórios e demandam a caracterização por família e diagnóstico socioterritorial (sendo a aplicação de cadastro para coleta de dados primários uma das atividades da metodologia).

Quanto aos dados secundários, há uma infinidade de dados e informações disponíveis em diversas fontes na internet, sugere-se o uso das fontes oficiais e dos dados mais atuais.

Em síntese, um diagnóstico é uma forma de saber necessidades próprias de cada lugar ou grupo, e serve para conhecer, levantar informações, pesquisar sobre aquele cenário e fazer uma avaliação de uma realidade naquele momento da pesquisa com objetivo de gerar ou aprofundar um conhecimento sobre um aspecto da realidade para propor metodologias de ação.

Como roteiro para esse conteúdo, aponta-se os seguintes tópicos:

- a) Antecedentes/Contexto sócio-histórico no país (em relação a temática a ser trabalhada;
- b) Antecedentes/Contexto sócio-histórico no Estado (em relação a temática a ser trabalhada;
- c) Antecedentes/Contexto sócio-histórico no município (em relação a temática a ser trabalhada;
- d) Marco regulatório local em relação à temática a ser trabalhada;
- e) Características da organização à qual o projeto se vincula (em relação ao trabalho a ser desenvolvido (ação social) ou em desenvolvimento – território, estrutura, público-alvo, programas e projetos);

A partir dessa leitura, podemos construir um eixo orientador em torno da temática trabalhada e comprovar algumas hipóteses como, por exemplo, a desarticulação dos programas sociais nas diferentes políticas sociais no município e como isso impacta a

população daquele grupo ou território em relação ao acesso àquela política.

Podemos relacionar os fatos sobre a temática e a população trabalhada, os processos sociais – o histórico de mobilização em torno do acesso ao direito em pauta no projeto social (se houver), situação dos sujeitos e referências conceituais (legislação de referência, normativas, programas e projetos sociais já desenvolvidos), e problematizar – refletir sobre os dados levantados quanto à legislação vigente e informações colhidas junto ao público-alvo, de modo a alcançar uma visão da realidade que articule a problemática sob os aspectos políticos, econômico e social.

PRÁTICA

Locais para levantamento de dados secundários (sem prejuízo de outros sites e banco de dados):

- Banco de dados com pesquisas por amostragens e dados de 2010 por território – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>
- Site do município - pesquisa sobre a história;
- Dados do CaDúnico da região (pesquisar junto aos equipamentos de assistência social);



- Dados do Programa Bolsa família (Auxílio Brasil) - <https://aplicacoes.mds.gov.br/sa-girmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html>
- Bibliotecas digitais de faculdades no município ou próximo – levantar monografias, dissertação e teses;
- Legislação federal/ estadual/ municipal sobre o tema vinculado ao Projeto Social;
- Diagnósticos e Planos locais de habitação, mobilidade urbana, saneamento básico, resíduos sólidos, saúde, educação, assistência social, plano diretor, política ambiental. Buscar o plano mais atual e ler o diagnóstico, alguns planos locais (ex: Plano Diretor) trazem a leitura do contexto e principais políticas do município.
- Atlas da violência no Brasil - <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>
- Atlas da vulnerabilidade social no brasil – http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf
- Documentos de orientação do edital, programa, Termo de Referência do chamamento público, Estudos ambientais, e outras plataformas pertinentes aos temas que forem demandados.



DICA

Separar os dados em relação ao tema trabalhado, sistematizar em uma tabela com as fontes e dados para analisar e articular os dados, de forma a confirmar, comparar, e validar o contexto apresentado para a ação social proposta.

ARRANJOS E ATORES SOCIAIS

A depender da ação e da escala do projeto social, os arranjos interinstitucionais e intersetoriais são imprescindíveis, assim como o diálogo com os atores sociais que participarão das ações.

Mesmo um projeto social que não tenha a premissa dos arranjos para se desenvolver, ele alcança outros patamares de resultados quando busca articular parcerias para o desenvolvimento das ações.

Outro ponto importante é considerar os agentes e atores sociais no diagnóstico para assim compreender os grupos e interesses (a favor, contra, indiferente) quanto às ações propostas, bem como as capacidades (capital humano) em relação ao que está sendo proposto.

É comum encontrar investimentos sociais rejeitados pela população beneficiada pelo projeto social. Logo, uma das causas primárias é o não conhecer os interesses e forças que atuam no grupo ou território.

Outra causa para isso é não dialogar com os sujeitos sociais sobre as ações em relação às necessidades e às expectativas daquela comunidade. Por isso, quando há conflitos de interesses entre a organização/gestão proponente das ações e os diversos atores sociais, o Projeto Social perde potência enquanto ferramenta de desenvolvimento social.

Essa leitura dos agentes sociais e interesses pode ser realizada a partir de levantamentos (dados secundários) e entrevistas com pessoas chave no grupo ou território pesquisado.

PRÁTICA

Pesquisar

- se existe uma organização/associação de bairro no território; se há outro tipo de organizações sociais, culturais, religiosas, rádios comunitárias, etc. ou líderes e representantes em conselhos ou outras arenas de políticas públicas, ou seja, demais lideranças reconhecidas do território.
- Organizar os dados em uma tabela:

Tabela 3. Levantamento de Organizações Sociais

Levantamento preliminar Organizações e Lideranças – Sociedade Civil					
Local	Liderança	Contato	Organi-zação	Observa-ções	Posição
Rua da paz	Ana	(xx) xxxxxxx e-mail Facebook	Fórum de Mulheres	Possui ações de mobilização em torno dos direitos das mulheres e projeto de geração de renda	Público do Projeto Social
Bairro São Jose	Jair Ricardo	(xx) xxxxxxx e-mail Facebook	Associação de moradores do São Jose	Possui uma sede no bairro, fazem reuniões periodicamente, tem representantes no Conselho de Saúde do município	Apoio



Levantamento preliminar Organizações e Lideranças – Sociedade Civil					
Local	Liderança	Contato	Organi-zação	Observa-ções	Posição
Traves-sa dois	Marilza	(xx) xxxxxxx e-mail Facebook	Moradora	Referência para os moradores nas trata-tivas com os órgãos públicos e ações de solidarie-dade	Tem res-salvas quanto à abran-gência do Projeto
Entra-da 3	Não informado	Não informado	Milícia	Grupo de pes-soas que ocupam o acesso norte ao bairro	Impõe condições para acesso ao território e ameaça o funcio-namento do projeto

Com essas informações teremos a relação inicial de organizações e atores sociais, que podem ser incluídas na sensibilização e mobilização das atividades do projeto social. Essa tabela deve ser alimentada no decorrer do projeto social e compartilhada com as organizações envolvidas para facilitar articulações diversas.

Além das organizações e lideranças locais, é preciso levantar e sistematizar quem são os agentes institucionais envolvidos ou a serem envolvidos nos arranjos. Segue, abaixo, uma tabela de exemplo – lembrando que **nem todos os dados levantados** nesse processo vão estar disponíveis em documentos, para não expor desnecessariamente as pessoas envolvidas nas ações:

Tabela 4. Levantamento de Agentes Sociais

Levantamento preliminar Agentes públicos e privados no território (temática, grupo)					
Agente	Nome	Contato	Setor	Iniciativas, programas	Posição
Ministério Público (1º setor)	Mário	(xx) xxxxxxxx e-mail Facebook	Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	Possui ações de mobilização em torno dos direitos das mulheres – TAC com prefeitura para Projeto de Geração de Renda	A favor do desenvolvimento e ampliação do programa na comunidade
Faculdade local (2º setor)	Beatriz	(xx) xxxxxxxx e-mail Facebook	Serviço Social	Projeto de Extensão Universitária – Cidadania	Contribuir com a capacitação e fortalecimento da gestão local
Pedreira X (2º setor)	Antônio	(xx) xxxxxxxx e-mail Facebook	Empresário	Extração de pedras na região	Ampliar o seu negócio, busca negociar uma nova localização para a sede da organização
Legislativo (1º setor)	André	(xx) xxxxxxxx e-mail Facebook	Vereador	Autor da lei do programa de parcerias para geração de emprego	Mediador (interesses da pedreira), defende o Projeto, mas quer dialogar com a iniciativa privada

A leitura de agentes sociais inclui pesquisar o papel do setor privado, a gestão pública nas três esferas e a sociedade civil (organizações e lideranças).

Os dados levantados com essa leitura podem demandar sigilo caso haja organizações/lideranças que possam colocar a integridade dos profissionais e gestores em risco.

É preciso ressaltar que não compreender a diversidade de atores sociais os interesses, conflitos e questões em um grupo ou território impacta diretamente nos resultados das ações sociais.

Constantemente, nós debatemos os avanços e descompassos no contexto da macro da política, as iniquidades e relações de dependência entre os que controlam a política e os recursos, mas precisamos compreender como as relações interorganizações e interpessoais se dão na microescala, pois a macro escala é a somatória e reflexo de todos esses processos.

“

Segundo o filósofo Bourdieu: em suma, o agente social é resultante de um conjunto de fatores: a interiorização social dos processos históricos das organizações; o acúmulo de estratégias, negociações e pactos em torno de seus objetivos; as experiências (globais) acumuladas, bem como as próprias práticas, que ora são reguladas ora reguladoras, e que podem estruturar e/ou reestruturar o campo de ação.

(BOURDIEU, 1992).

”

Logo, realizar uma leitura crítica sobre os interesses, capacidades e limites dos envolvidos possibilita a proposição de metodologias pautadas no reconhecimento das diferenças políticas, culturais, sociais vivenciadas – ou seja – a elaboração de propostas voltadas ao que pode ser superado nesse contexto a partir dos recursos disponíveis. Segue uma forma de ilustrar essa configuração no Projeto Social:



Nesse exemplo, foram organizados os atores com algum grau de envolvimento no território e com a questão central do projeto, bem como foi analisado quais organizações conflitam com as demandas da associação e quais apoiam. Esse mapeamento pode ser usado para outras análises como reflexos políticos e econômicos da atuação de cada um desses agentes no território.

Finalmente, encontraremos muitos questionamentos ao realizarmos essa tarefa. Um deles é desnudar as vulnerabilidades de organizações sociais, em especial de movimentos sociais, e, nesse aspecto, trazer os

problemas às claras para seu enfrentamento, certamente, terá mais impacto no desenvolvimento social do que seguir ignorando a realidade com o objetivo de não enfraquecer movimentos. Essa atitude é, em essência, a manutenção do cenário vigente na micro-escala.

Outra questão é a dificuldade de reconhecer que há interesses diversos com os quais dialogamos cotidianamente¹⁷. Existem interesses, valores e expectativas de indivíduos, grupos, organizações, questões prioritárias para quem as defende, e, por isso, então, sem pactos e sem arranjos em torno de objetivos que sejam comuns, sem encontrar premissas comuns, nós seguiremos em um cabo de guerra. As perguntas a serem feitas são: qual a importância de cada um desses atores? Qual o seu poder de influência? Impactos? Riscos? Quais as relações inter atores?

O Desenvolvimento Social é um processo que não pode ser de cima para baixo, pois é uma construção de todos os setores da sociedade, das ações políticas, econômicas e sociais, replicadas em todos os territórios e em todas as temáticas com as quais atuamos. Logo, nossa responsabilidade na elaboração das propostas começa em compreender o cenário nos quais elas serão desenvolvidas, suas potencialidades e vulnerabilidades.

17. Inclusive os nossos interesses, nosso posicionamento político e ideológico se expressa na forma que descrevemos os dados de um coletivo, território e nas metodologias adotadas, a questão é ter clareza dos valores, interesses e compromissos com o desenvolvimento social para que possam ser articulados e potencializados.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO – DRP

São muitas as metodologias e técnicas possíveis de se trabalhar para a construção de um diagnóstico preliminar. Nesse livro, sem desmerecer nenhuma das centenas de tecnologias sociais existentes, optamos por mostrar um exemplo do Diagnóstico Rápido Participativo, considerando em especial os profissionais que estão iniciando sua atuação no campo dos projetos sociais.

O DRP¹⁸ é um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade, é chamado de participativo porque o processo de obtenção das informações é feito de modo a envolver pessoas que vivem a situação diagnosticada, para que construam, juntamente com os mediadores que facilitam a aplicação do DRP, o conjunto de dados e informações que irão compor a análise. É chamado de rápido porque pretende, em pouco tempo, reunir e sistematizar informações sobre a realidade diagnosticada. A rapidez também está associada à escassez de recursos para investimentos em processos mais demorados e custosos de diagnósticos. Entretanto, rapidez não implica, necessariamente, em superficialidade de informações ou análises.

18. O DRP é uma metodologia de pesquisa qualitativa, adaptada do Rapid Rural Appraisal (RRA)/Participatory Rapid Appraisal (PRA), desenvolvida durante a década de 70 por técnicos de agências europeias não-governamentais que realizavam projetos de desenvolvimento rural em países em desenvolvimento.

Ressaltamos que o conhecimento produzido no DRP é dinâmico, por isso não deve haver a pretensão de construir diagnósticos definitivos por meio dessa técnica, que pode ser reaplicado sob outra perspectiva analítica ou buscando complementações.

O Diagnostico Rápido Urbanos Participativo é, então, uma tecnologia social que pode ser aplicada no levantamento/mapeamento participativo de uma realidade local/territorial ou de um grupo para a compreensão dos principais problemas do grupo/localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional).

O objetivo é conhecer os conflitos e potencialidades do grupo/território, ou seja, as vulnerabilidades, vocações e as capacidades dessa população para, dessa forma, validar ou definir as ações e metodologia do projeto social.

Ao aplicar essa técnica podemos trabalhar aspectos como:

1. a tomada de consciência do grupo sobre os aspectos relacionados à sua realidade socioeconômica, política e cultural e o seu poder de decisão sobre o desenvolvimento social (futuro);
2. o empoderamento do grupo para tomar parte, expressar visões, falar e refletir sobre sua própria realidade, experiências, conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades mais imediatas;
3. o incentivo a diálogos pautados no respeito, confiança e cooperação entre a comunidade e agentes sociais, promovendo a comunicação social;

4. a promoção de um ambiente de aprendizado voltado para a construção coletiva de conhecimentos e habilidades;
5. a coleta de dados que possam proporcionar uma base para a planificação e definição de metodologias das atividades educativas, organizativas e mobilizadoras e para o sistema de avaliação (definição de indicadores) da realidade e proposição de políticas e projetos sociais diversos;

Assim, a partir da aplicação dessa metodologia é possível dialogar sobre mudanças, inovações ou intervenções que serão mais adequadas para melhorar as condições de vida em relação a temática trabalhada.

“

Quanto mais os indivíduos assumem uma postura ativa na investigação de sua temática, mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade, explicitando sua temática significativa e apropriando-se dela.

(FREIRE, 1987)

”

Para aplicação dessa ferramenta, partimos da coleta dados secundários (item anterior) e todas as informações levantadas junto aos agentes sociais para elaborar um painel (apresentação, ebook, vídeo) com uma linguagem acessível e simples, a ser apresentado e discutido em uma atividade com a população – público alvo do projeto. Pode ser uma atividade presencial, online ou híbrida (a depender da estrutura). A atividade pode ser mobilizada com apoio das lideranças comunitárias, com sensibilização por meio de comunicação social (vídeo, cards, convites).

Indica-se gravar a atividade, pois muitas informações se perdem quando estamos atuando como facilitadores.

Ainda que o nome da técnica seja diagnóstico rápido participativo, como já citado, isso não significa superficialidade, pois a profundidade da leitura de um cenário se dá a partir da análise e reflexão de dados, percepções, diálogos.

DRP NA PRÁTICA

A metodologia da atividade deve ser desenhada de acordo com o perfil do público que irá participar. Por isso, alguns cuidados podem deixar a atividade mais fluida e agradável.

1. Informação de qualidade: na sensibilização para atrair pessoas interessadas;

2. Ambiente: buscar um espaço físico agradável, salubre e acessível;

3. Atividade: sugere-se uma imersão de 2 a 3 horas:

Aquecimento inespecífico – Acolhimento (música, boas-vindas); **aquecimento específico** (tema que será tratado, metodologia, acordo de conduta – formas de pedir a palavra, fazer perguntas, tempo de fala);

Desenvolvimento – apresentação do diagnóstico preliminar e pontos a serem validados e complementados (telão, material impresso, vídeo), mediação – provocação dos temas e questões para diálogo, por ser feito no formato roda de conversa, cartazes para as pessoas contribuírem anotando críticas, sugestões e propostas, mapa impresso para anotações colocação



de ícones (fundamental para diagnósticos socio-territoriais);

Compartilhamento – fechamento com avaliação oral ou fichas, informação sobre canais de comunicação e contatos, informações dos próximos passos, como será a devolutiva dessa atividade (por exemplo: o envio do relato do encontro com fotos para os participantes) mensagem final.



DICA

A atividade deve ser fotografada e, se possível, gravada. Além disso, a transcrição de algumas falas das pessoas no grupo pode enriquecer o texto do diagnóstico.

Cartografia Social na Prática:

A cartografia social é uma técnica de coleta de informações baseadas na percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem.

Para a sua aplicação podemos disponibilizar um mapa do território (tamanho A4 é o ideal) e explicar que estamos construindo uma leitura de cenário sobre a temática a ser trabalhada no projeto social, a estrutura, vulnerabilidades e potencialidades no território.

Com o mapa impresso, de forma que as pessoas situem suas casas e os principais equipamentos podemos usar adesivos com ícones (moradia, estudo, lazer, trabalho, transporte, saúde, amigos, etc.) canetas coloridas, post it, marcadores, etc.

Durante a atividade, cada participante pode colocar seu local de moradia, os equipamentos que utiliza, os itinerários, o tipo de deslocamento, a pé, ônibus, carro, outro. Podem pontuar os equipamentos falar dos serviços pontos fortes e fracos no território, em especial a temática a qual se vincula o projeto social em elaboração.

Os mediadores devem estimular a construção coletiva do mapa (biomapa, cartografia social) a partir dos olhares individuais, fazer perguntas, observar e registrar as informações (importante gravar), essa atividade tem melhores resultados com equipes multidisciplinares que ajudem a provocar os olhares sob os vários aspectos. O papel dos mediadores é perguntar e provocar, sendo importante permitir que o grupo desenvolva a técnica sem muita interferência da equipe de diagnóstico.



Fonte: Emiliano, 2021 (acervo pessoal)

70. PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Após a atividade, esse mapa pode ser complementado por meio de perfis transversais – caminhadas para conhecer o território: os profissionais podem percorrer a área de estudo acompanhado da população, reconhecendo os pontos levantados na cartografia participativa (atividades, serviços, usos) e incluindo outras questões no mapa trabalhado. Com essa complementação, novos olhares sobre os pontos mais citados, pontos fortes e pontos fracos em relação à temática trabalhada vão surgir para compor o diagnóstico.

Dicas gerais para coleta de informações:



DICA

Dica para identificar fontes primárias de dados – atores sociais

Visitar a região interagindo positivamente com membros da comunidade em foco. Durante a visita, lançar mão de todos os sentidos através da observação direta como olhar e escutar, registrar novas descobertas com filmagens, fotografias, gravações, anotações etc. A seguir, comunicar-se: falar, perguntar, entrevistar. – Atenção: Há “entrevistáveis especiais”: os mais idosos, moradores mais antigos, profissionais ou trabalhadores, grupos focais, grupos sociais distintos.

Entrevistas

- *Atores chaves*: objetivam o aprofundamento do conhecimento a partir de pontos previamente identificados e levantamento de novas informações;
- Podem ser realizadas de forma individual ou coletiva – no modo presencial ou online;
- Fechada (questões de escolha objetiva), Aberta (roteiro de perguntas) e flexível (questões centrais e espaço para pontuações).

Desenvolvimento

- *Acolhimento*: deixar claro o objetivo - o entrevistado deve estar ciente do processo do diagnóstico;
- Perguntar se o entrevistado não se incomoda de que sejam feitas anotações ou gravação;
- Iniciar a conversa pelos aspectos físicos (algo visível) e depois passar para as coisas abstratas ou subjetivas;
- Anotar posturas (Observação Participante);
- Evitar perguntas indutivas ou sugestão de respostas;
- Não fazer duas perguntas em uma.

Organização

- Sistematizar os dados em planilha de Excel ou outro programa de gestão de dados como o acess ou da empresa/consultoria;
- Gerar relatórios por cada dado e realizar cruzamento de dados sobre a temática de interesse do projeto;

- Com esses relatórios, somados aos dados secundários e os resultados do DRP, é possível elaborar a análise de cenário e minuta do diagnóstico, apontando para objetivos e metas possíveis para o desenvolvimento social a serem pontuados na intervenção social do Projeto a ser elaborado.

Cartografias Sociais

Mapas colaborativos (biomapas): levar o mapa impresso e trabalhar com os atores sociais a dinâmica do território, serviços, potencialidades e limitações. Podemos também trabalhar com mapas interativos nas redes, ferramenta essa ainda pouco utilizada.

PASSO 3. POR QUÊ? JUSTIFICATIVA

Esse ponto do Projeto Social é voltado a fundamentar a relevância da iniciativa que está sendo proposta. As informações coletadas e analisadas no diagnóstico serão aqui aprofundadas.

Nesse item, será abordado o enquadramento da problemática do projeto no quadro macroeconômico articulando as escalas nacional, regional e local e das políticas públicas vigentes em relação à temática do projeto de forma a alicerçar a existência de uma problemática relevante. Nessa leitura, apontamos a existência de outras iniciativas (públicas, de organizações civis, grupos informais, investimento social da iniciativa privada), delineando a contribuição específica do Projeto apresentado.

A partir dessa contextualização, apontamos as análises sobre as causas e consequências, bem como a caracterização do público do projeto (dados socioeconômicos, geográfico, idade, gênero etc.) e, a partir dos levantamentos com os atores sociais realizados no diagnóstico (entrevistas, DRP, visitas técnicas), podemos enriquecer esse tópico com percepções e interesses em relação a proposta de intervenção.

Justificativa do Projeto Social na Prática

- Sistematizar legislações e normativas sobre a temática (destacar os tópicos que se articulam diretamente com a intervenção proposta);
- Buscar autores que fundamentam a importância em se trabalhar nessa temática;
- Levantar informações e sistematizar os esforços já realizados pela organização (gestão) no âmbito da problemática – elaborar uma linha do tempo com essas informações;
- Redigir um texto coerente com os objetivos fundamentando de forma estratégica (não partidarizar), incluindo contribuições de sujeitos sociais – descrição de falas que validem a proposta.

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA REDAÇÃO DO TEXTO:

PRÁTICA

Quais os principais problemas o Projeto Social pretende ajudar a resolver?

- Descrever os pontos chaves da problemática – cenário;
- Base normativa - viabilização de direito, inclusão;
- Dados do diagnóstico (DSP e dados secundários);



Quais potencialidades e oportunidades existem para a execução do Projeto?

- Capacidades dos sujeitos sociais envolvidos, expectativas, estrutura disponível, recursos e parcerias.

Por que o Projeto é importante para o alcance do objetivo?

- Dialogar sobre a ausência de intervenção e os futuros desdobramentos, caso não haja ação social com esse grupo/território.

Qual a importância do Projeto no contexto apresentado?

- Abordar o cenário apresentado e o cenário pretendido com a ação.

Por que ele foi proposto? De onde nasceu a ideia?

- Apontar como nasceu a ideia e as capacidades da organização que está propondo, relacionar a proposta do projeto social ou a causa que pretende intervir, com a missão institucional da organização (conhecimento da temática, experiência, potencialidades).

Qual inovação ou diferencial traz?

- Apontar o desenvolvimento social e desenvolvimento humano que pode ser alcançado com esse grupo por meio de uma metodologia norteada por princípios como autonomia, confiança, colaboração, compartilhamento, comunicação social, educação, etc.

PASSO 4. PARA QUÊ? OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

É nesse tópico que fica claro onde se pretende chegar com a proposta de intervenção. Esse item se divide em objetivo geral e objetivos específicos, sendo que o Objetivo Geral expressa o impacto mais geral, as mudanças desejadas no nível do projeto e seus reflexos para além do público-alvo. Em geral, esse objetivo já vem demandado por editais, programas ou organizações proponentes.

Por exemplo, um projeto social com objetivo geral:

"Acolher Crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo atividades socio-educativas de forma lúdica e ações de inclusão social, conforme direitos consolidados no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)."

É um objetivo que articula a ação proposta ao reconhecimento dos Direitos da Criança e do Adolescentes no art.227 Constituição Federal, posteriormente regulamentado pelo ECA.

E para atender esse objetivo geral, quais as metas precisam ser atendidas, quais objetivos específicos precisam ser efetivados? Os objetivos específicos são a referência para dimensionar o êxito do projeto social. Ressalta-se que um objetivo pode ter mais de uma meta, quanto mais objetivos específicos em um projeto social, mais complexo será o gerenciamento.

Cada objetivo específico corresponde aos resultados esperados, articulando as metas relativas às atividades

– conexão com a metodologia e recursos necessários para a execução (próximos itens). Segue, abaixo, uma tabela como exemplo:

Tabela 5. Estratégia Geral do Projeto Social

Objetivo geral	Objetivos específicos	Metas	Atividades (a serem detalhadas na metodologia)	Recursos (previstos, disponíveis)
"Acolher crianças e adolescentes do bairro _____ em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo atividades socioeducativas de forma lúdica e ações de inclusão social, conforme direitos consolidados no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)."	Estimular o desenvolvimento de aptidões por meio de atividades pedagógicas lúdicas;	Realizar um encontro semanal com grupos de até 15 crianças (1 ano);	Encontros quinzenais com dinâmicas e brincadeiras, oficinas de desenho, contação de história, teatro, etc.	Equipe profissional multidisciplinar (assistente Social, Pedagogo, Psicólogo), espaço físico adequado, materiais de papeleria, lanche.
	Motivar as crianças no processo de aprendizagem escolar com orientações de reforço	Aumentar o rendimento escolar das crianças em 30%	Atender diariamente 50 crianças em atividades no contraturno escolar.	Equipe profissional multidisciplinar (assistente Social, Pedagogo, Psicólogo); espaço físico adequado, internet, computadores, lanche.

As metas serão abordadas no item indicadores e os recursos em orçamento, quando as atividades serão detalhadas no item metodologia, a seguir.

PASSO 5 – COMO METODOLOGIA

A metodologia é a parte do Projeto Social na qual organizamos as formas e técnicas que serão utilizadas para executar as atividades do projeto. É o caminho para alcançar os objetivos propostos junto ao grupo/comunidade trabalhada.

Para formular uma metodologia que gere transformação, sugere-se observar os seguintes fatores:

Conceitual: compreender quais são os conceitos de base filosófica, teórica adotados pela organização/grupo/comunidade. Quais os princípios e diretrizes da política pública a qual a temática se articula? Para isso, ver legislações e normativas referentes à ação social foco do projeto. Sempre que possível, é importante articular esses princípios e conceitos da instituição ou grupo ao conceito de desenvolvimento social como liberdade, que tem como ponto central o desenvolvimento humano.

Técnica: a racionalidade técnica no uso de ferramentas e instrumentais para o desenvolvimento de atividades e cumprimento de metas, por vezes, não dialoga com a diversidade de formação, linguagem e formas de expressão dos sujeitos sociais, não gerando resultados no desenvolvimento humano, mesmo que alcance as metas da ação proposta.

Por exemplo: um grupo focal em um equipamento social, no qual as pessoas têm o dever de participar para acessar um benefício, encontramos experiências nas quais as pessoas só comparecem para não perder

o programa e não estão dispostas a participar e se relacionar com o grupo, e encontramos pessoas que afirmam ter tido uma mudança de vida após trocar experiências e aprender novas formas de lidar com uma situação.

O conhecimento, ou seja, a teoria, nos traz a segurança para atuarmos com determinados instrumentais e protocolos; a experiência e a expansão do olhar nos abrem possibilidades de aliarmos às técnicas tradicionais; o uso de técnicas como a comunicação não violenta, a escuta ativa, a linguagem das artes, e outras técnicas dialógicas possibilitam trabalhar a dimensão sensível do ser humano, enquanto ser relacional integrado.

Sujeitos participantes: as metodologias definidas precisam se conectar com o perfil do público do projeto, sob pena de não ter adesão e engajamento e, portanto, não alcançar os resultados desejados.



DICA

Pesquisar sobre atividades anteriores e existentes, verificar o que funcionou e funciona com esse público específico, experimentar ajustar o que funciona incluindo novas técnicas aos poucos.¹⁹

19. Um erro clássico: sempre que há mudança de gestões, os novos gestores querem radicalizar nas mudanças para trazer sua marca, na maioria das vezes se joga fora o acúmulo e resultados até aquele momento, e não se alcança um novo patamar, já que mudanças bruscas de metodologias podem gerar o efeito contrário ao desejado.

Em resumo, nesse item deve estar explicitado a estratégia de intervenção que será adotada e seus aspectos relevantes, seguido de um detalhamento das atividades em relação aos objetivos do Projeto Social. Cada uma das atividades devem ter os procedimentos descritos e o conjunto das atividades devem ser apresentadas em uma sequência lógica.

Essa sequência de ações deve considerar o começo, meio e fim em relação aos resultados do período do Projeto Social. Ainda que o projeto seja cíclico em organizações que desenvolvem programas contínuos, o desenvolvimento e avaliação da metodologia deve ser avaliada e ajustada a cada ciclo, de forma a buscar novos objetivos em torno do desenvolvimento social daquela população atendida.



DICA

Elabore uma tabela resumida das etapas e atividades. Por exemplo: etapa de sensibilização, mobilização, desenvolvimento, e depois desenvolva a metodologia em cada etapa.

Tabela 6: Estratégia para o desenvolvimento das etapas

Etapas	Atividades	Metodologia
Sensibilização Elaborar a campanha de informação e sensibilização sobre o Projeto Social;	Preparação do material;	1) Impressão de cartilhas informativas ilustradas, contendo informações gerais do projeto; 2) Elaboração e impressão de lambes e cartazes informativos ilustrados; 3) Elaboração de material gráfico para circular digitalmente (WhatsApp, Instagram, Facebook, etc) entre a comunidade.
	Reunião com lideranças locais;	Apresentação do Projeto Social, discussão sobre estratégias de sensibilização na comunidade, entrega de material informativo;
	Visita aos equipamentos sociais do bairro	Apresentação do Projeto Social, entrega de material e colagem de cartazes;
	Ação na praça —	Abordagem individual para falar do projeto, entrega de material informativo e dar esclarecimentos.

Cada atividade da tabela pode ser detalhada por atividade, como no exemplo abaixo:

Tabela 7: Metodologia por atividade

Reunião com lideranças locais			
Carga horária 2h	Mensal	Representantes da comunidade	Atividade aberta
OBJETIVO			
Apresentação do Projeto Social, discussão sobre estratégias de sensibilização na comunidade, entrega de material informativo, articulação de apoio e parcerias.			
CONTEÚDO			
Apresentação do projeto as lideranças locais mapeadas inicialmente, dialogar sobre as estratégias das atividades e formas de sensibilizar e mobilizar a população local. Levantar os meios mais usados para comunicação social, sugestões de possíveis parceiros para o Projeto e demandas oriundas da comunidade, alinhamento sobre os canais de comunicação para troca de informações e articulações.			
METODOLOGIA			
A reunião a ser realizada com as lideranças locais será aberta com aquecimento inespecífico, boas vindas e entrega de materiais impressos na porta do auditório com música ambiente (5 min), no aquecimento específico serão apresentados os profissionais, o tema da reunião e o acordo de conduta para que todos possam contribuir (tempo de fala, réplica, tréplica, linguagem, envio de mensagens por escrito, etc.) (10min) A apresentação do projeto será projetada no telão com os objetivos da intervenção, ações propostas, prazos, formas de sensibilização e mobilização (20min), serão realizadas duas rodadas de falas com blocos de até 08 pessoas (5min pessoa – 1h20) um facilitador estará anotando as palavras chaves e sugestões em um painel e no fechamento será realizado uma apresentação das propostas e sugestões para o desenvolvimento das ações.			
Esta atividade será registrada por meio de fotos, gravação em áudio e folha de frequência a ser anexada no relatório parcial.			
Ao final da atividade deverá ser realizada a avaliação da atividade de forma oral (uma palavra por participante), e deverá ser apresentado seu resultado no Relatório da Atividade em questão.			



DICA

As dinâmicas de grupos precisam ser pensadas a partir da temática e do número de pessoas envolvidas para que todos possam ser incluídos. O simples sempre funciona, a roda de conversa na qual as pessoas possam olhar nos olhos e exercitar a escuta e o diálogo, sob orientação da técnica da comunicação não violenta por exemplo, trazem resultados expressivos para o desenvolvimento das atividades posteriores. Com menos conflitos as pessoas se engajam, dialogam, trocam e se envolvem mais.

LEMBRE-SE: metodologia é sobre escolher estratégias para atuarmos com as comunidades de forma a alcançarmos mudanças reais, e ao final de tudo não são estatísticas e números, são pessoas.

PASSO 6 – RESULTADOS

Esse é um dos tópicos mais complexos a ser tratado, pois sem informação e conhecimento dos resultados das ações sociais não é possível dialogar sobre o aprimoramento das políticas e programas sociais. No Brasil, não temos cultura de monitorar as ações, medir indicadores, realizar avaliações, revisões e ajustes nos projetos em desenvolvimento.

Encontramos uma diversidade de trabalhos acadêmicos e de consultorias com pesquisas e análises voltadas a subsidiar as diversas políticas públicas. No entanto, nesse rico acervo publicado em livros e plataformas digitais, as informações são compiladas em sua maioria em estudos descritivos e de âmbito geral, que tem um papel relevante nas análises gerais, mas não alcançam o grau de informação para uso imediato e efetivo para a elaboração de indicadores e gestão dos projetos sociais.

Conceitualmente, os indicadores são informações que permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade, produzindo informações que subsidiem o monitoramento das ações em desenvolvimento e as tomadas de decisões de gestores e população envolvida nas ações.

Na abordagem sobre objetivos específicos, vimos que cada objetivo corresponde a uma ou mais metas, e os indicadores são os parâmetros para detalhar em que medida os objetivos do projeto serão alcançados.

Podemos trabalhar com indicadores **quantitativos**, definindo variáveis possíveis de medir com números (pessoas, percentuais, volumes etc.) e ou indicadores **qualitativos** voltados a captar intensidades e dimensões que não se expressam somente com números (qualidade da participação, valores e comportamentos, índice de confiança na gestão, articulação, liderança, autoestima, etc.)

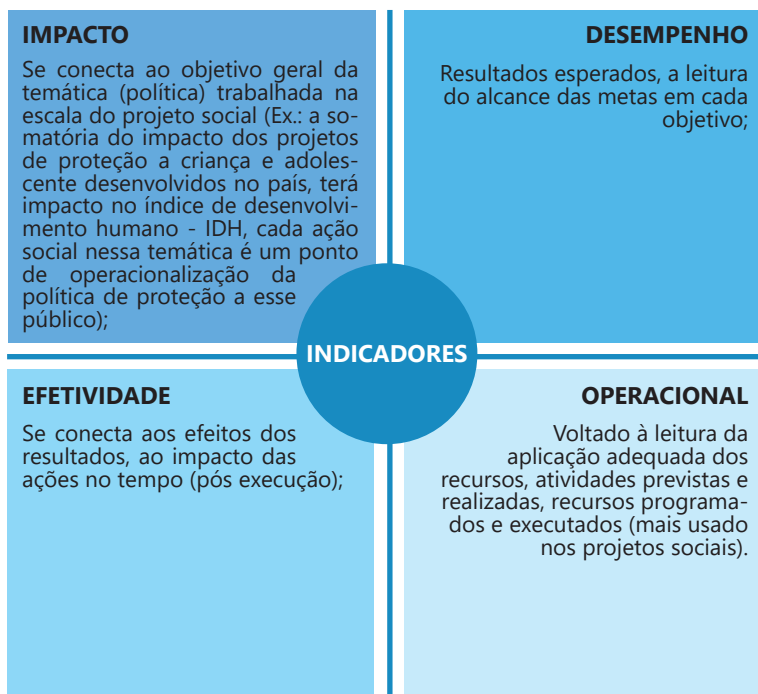
Segue um exemplo de indicadores qualitativos e quantitativos:

Tabela 8: Indicadores quantitativos e qualitativos

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Metas	Indicador Quantitativo	Indicador Qualitativo
Acolher crianças e adolescentes do bairro ____ em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo atividades socioeducativas de forma lúdica e ações de inclusão social, conforme direitos consolidados no ECA (1990).	Estimular o desenvolvimento de aptidões por meio de atividades pedagógicas lúdicas. Motivar as crianças no processo de aprendizagem escolar com orientações de reforço.	Realizar um encontro semanal c/ grupos de até 15 cças (1 ano). Aumentar o rendimento escolar das cças em 30%.	04 encontros mensais por um ano (48 encontros), com 15 crianças por reunião. 80 crianças com aumento de 30% no rendimento escolar nos primeiros 6 meses do projeto; 20 crianças com aumento no rendimento escolar de 20%, no mesmo período.	Participação ativa do grupo nas atividades propostas. Melhora da disciplina no grupo. Crianças mais comunicativas, expressando interesses. Maior interação entre pares. Crianças mais interessadas com as tarefas escolares. Avaliações escolares individuais positivas.

A depender dos objetivos do projeto esses indicadores qualitativos são elaborados a partir de variáveis adequadas para o cenário e público trabalhado. Por exemplo: fortalecimento de liderança, indicador: desprendimento para apresentar os argumentos nas reuniões, é um indicador bastante subjetivo que o facilitador conhecendo o ponto de partida da ação social, conseguirá avaliar o desempenho ao longo do tempo.

Os indicadores podem ser resumidos como uma foto, a depender do ângulo e da resolução a imagem final pode mudar. Por isso, é preciso ter critérios sobre os aspectos que precisam ser medidos e expostos para não prejudicar tomada de decisões e dados insatisfatórios nos sistemas de avaliação. Há quatro tipos de indicadores:



Para a definição dos tipos de indicadores a serem monitorados e avaliados deve-se considerar a estrutura e escala do projeto social, bem como a estrutura de sistematização dos dados da política a qual o projeto se articula ou pretende se articular.

Por exemplo, em um projeto social com um grupo focal de vinte pessoas, o monitoramento pode contar com indicadores simples e direto, com avaliação de periódica de todos os participantes. Já em um projeto social de geração de renda em um município, a coleta e sistematização de dados pode demandar recursos específicos como um profissional responsável por coletar e inserir os dados em um sistema ou banco de dados²⁰.

Os indicadores são base para o monitoramento que, por sua vez, é o acompanhamento contínuo ou periódico de um projeto, programa ou política pública. É realizado por meio da coleta e análise sistemática de dados e informações sobre a execução das ações em relação ao planejado. Com o monitoramento contínuo é possível realizar avaliações periódicas sobre os efeitos das ações sociais desenvolvidas e realizar revisões e ajustes.

Em uma escala macro, para elaboração de políticas

20. Não há uma padronização da entrega de resultados da operacionalização de recursos em nenhum dos três setores da sociedade, em geral as organizações proponentes dos projetos enviam os dados para o agente financiador que sistematiza e monitora. São sistemas fragmentados que não dialogam e muitos não são acessíveis para pesquisa. Mas há balanços anuais das OsSC. Algumas empresas informam nos respectivos sites, o montante anual financiado em projetos sociais.

e programas nas políticas sociais nos três níveis de governo são usados indicadores como: taxa de mortalidade infantil, defasagem escolar, expectativa de vida, grau de urbanização, etc.

INDICADORES DO PROJETO SOCIAL NA PRÁTICA

Quando conseguimos articular os indicadores nas atividades do projeto social, facilitamos o monitoramento e as avaliações periódicas, não é a quantidade de indicadores que ajudam na avaliação, mas a eficiência dos critérios definidos.

Com isso em mente, seguem as perguntas norteadoras para criação de cada indicador:

PARA QUÊ? Variável a ser avaliada. Ex.: Adesão ao projeto social

O QUÊ? Ex.: variação do quantitativo de crianças nos grupos musicais ofertados na escola;

QUANTO? Variação esperada. Ex.: aumento de 30% de alunos no coral, 10% no grupo de precursão, 20% no grupo musical de cordas (quantidade desejada em relação aos primeiros 6 meses de atividades)

QUEM? Grupo de referência: ex.: alunos do ensino fundamental da Escola Santa Clara;

QUANDO? A partir de quando e por quanto tempo. Ex.: verificação mensal;

ONDE? Ex.: Escola Santa Clara, Bairro da Luz, São Paulo



COMO?

Meios de verificação Ex.: Sistematização dos dados das Listas de presença nos grupos musicais, análise mensal.

É VIÁVEL?

O tempo e recursos necessários possibilita esse indicador? Ex.: Viável, os professores de música fazem anotações sobre o desenvolvimento de cada aluno e essa informação estará disponível nos relatórios semanais.

É VÁLIDO?

Demonstra o que está sendo medido, avaliado? Ex.: O indicador se refere ao nível de adesão a um projeto cultural articulado a um equipamento de educação em um território específico, sendo válido para avaliar o interesse no desenvolvimento de aptidões musicais dos adolescentes daquele território por meio da adesão as diferentes atividades ofertadas no projeto social.

Outra técnica que pode ser usada na definição dos indicadores e metas é a técnica SMART, que em português significa: *específico, mensurável, alcançável, relevante e temporal*.

Específica: capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;

Mensurável: capacidade de alcance e mensuração quando necessário, na sua versão mais atual, com maior precisão possível e sem ambiguidade.

Alcançável: de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral, capacidade do indicador de ser obtido a custos módicos.

Relevante: capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;

Temporal: mede os efeitos da intervenção; aponta se houve mudanças decorrentes dos resultados da política.

Tabela 9: Exemplo para verificação de indicador

Objetivo específico	Indicador	Atividades	Meios de Verificação
Mobilizar 10% da população na implantação do canal de Atendimento social digital para dar informações sobre os programas e projetos sociais em andamento no município, dar devolutivas de solicitações feitas nos atendimentos presenciais e online.	Porcentagem de Adesão da população que já usam os equipamentos sociais.	Instalar 20 Banners com QR code nos equipamentos; Divulgação diária do serviço nas redes sociais com vídeos, cards, tutoriais (2 meses). Tenda social, na praça central para dar orientações em como acessar o serviço digital (2 meses).	Número de acessos ao site/aplicativo abertura de solicitação de atendimento web, solicitações e encaminhamentos junto a secretaria. Número de atendimentos da população cadastrada nos equipamentos (programas e projetos); Número de atendimentos de pessoas não cadastradas em programas e projetos sociais.

Emiliano, 2021.



LEMBRE-SE

Anotar suas impressões e análise das atividades logo após seu término ajuda a não esquecer pontos relevantes para avaliação mensal. Ao sistematizarmos as informações paulatinamente durante o desenvolvimento do projeto social, conseguimos, na avaliação final, ter um cenário do ponto inicial até o momento da finalização do ciclo do projeto social.

Em qualquer ação social, os indicadores, monitoramento e avaliação são formas de verificar a aplicação dos recursos e a eficácia da metodologia escolhida. A transparência, apesar de ser lei, é uma utopia, já que temos uma enorme quantidade de dados disponíveis de forma fragmentada, ou em plataformas de difícil acesso (compreensão), e por diversos fatores uma avaliação incipiente das políticas, programas e projetos sociais.

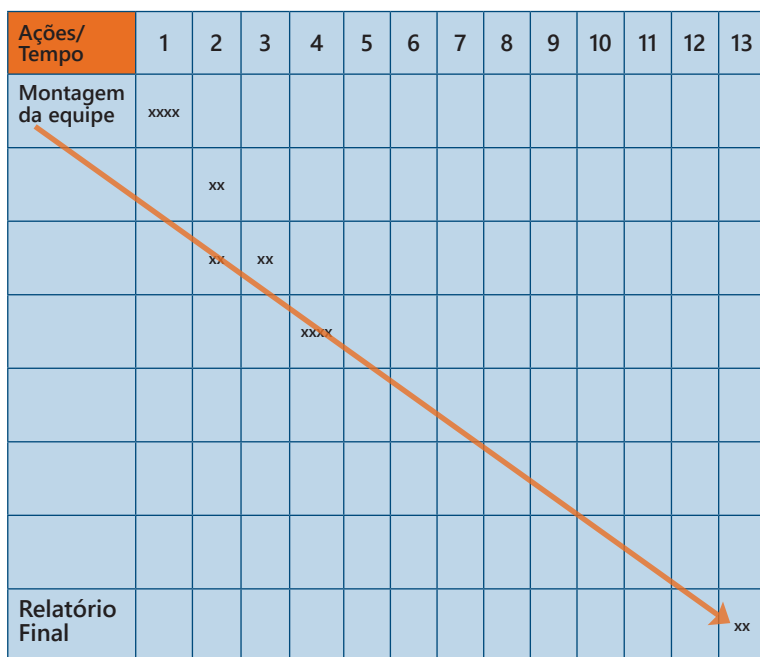
Enfim, a transparência é um dos pilares para o desenvolvimento social, é um fator de confiança no poder público, nos gestores e profissionais e nos arranjos institucionais para a garantia de direitos, tem também um papel fundamental na inibição da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas com os recursos das políticas sociais.

PASSO 7 – QUANDO

Todo Projeto Social tem um ciclo, ainda que a política a qual a temática trabalhada se articula seja perene, o planejamento só tem razão de ser para medir os resultados buscados no desenvolvimento social. Então o quando se traduz no cronograma, uma forma de distribuição das atividades do projeto social, inseridos em um lapso de tempo.

No cronograma encontramos os períodos nos quais as atividades serão desenvolvidas e sua sequência cronológica, o detalhamento do período de realização de cada atividade, dentro do período total do projeto.

Ações/ Tempo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Montagem da equipe	xxxx												
		xx											
		xx	xx										
				xxxx									
Relatório Final													xx



Fonte: Emiliano, 2021



LEMBRE-SE

Durante a execução do Projeto Social, o cronograma é o norteador e deve se desdobrar em planejamento mensal e semanal da equipe de trabalho.

Além disso, cada profissional, a partir das responsabilidades assumidas, deve fazer seu planejamento pessoal com suas atividades e prazos.

PASSO 8 – QUANTO

Nesse ponto do projeto social, deve-se indicar claramente, qual o montante de recursos financeiros solicitados ao agente financiador, se houver outras parcerias e recursos garantidos podem ser incluídos, bem como os recursos próprios do projeto.

É fundamental compreender que os recursos próprios ou de parcerias impactam no orçamento e que esses recursos não são necessariamente saldo na conta da organização. Por exemplo, se o projeto tem uma parceria com um espaço físico ou sede própria não haverá aluguel, esse item pode ser considerado uma contrapartida.

Antes de elaborar um orçamento o profissional precisa compreender os tipos de custos permitidos pelas fontes de financiamento de recursos. Um bom orçamento deve agrupar de forma homogênea cada despesa macro de Custos Fixos, Recursos Humanos, Encargos Sociais, Equipamentos e Material Permanente, Comunicação, entre outros.

Para cada atividade é preciso orçar as despesas, um dos erros mais comuns em orçamentos é não pensar em todos os insumos e os recursos serem insuficientes para as atividades propostas, se a organização não tiver recursos próprios e ou parcerias para a operacionalização das ações, essas podem ser impactadas (não realizadas conforme a metodologia), o que se reflete na prestação de contas e na obtenção de novos recursos e financiamentos.

Tabela 10: Exemplo de cálculo de custo

REUNIÃO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO				
Carga horária: 4 horas/atividade – 30 pessoas/atividade				
A Custos com recursos materiais e serviços	Quantidade	Valor Unitário R\$	30	Valor Total R\$
Material de consumo	1	307,97		307,97
Material de divulgação	100	7,05		705,00
Serviços de terceiros – aluguel data show	1	150,00		150,00
Fornecimento de lanches e refeições – café/água	1	200,00		200,00
Fornecimento de material didático – folders	200	50,00		50,00
Fornecimento de material didático	30	6,50		195,00
Total item A			6	1.607,97

B Custos com recursos humanos	Hora técnica	Valor Unitário R\$		Valor Total R\$
Coordenador	12	78,48		941,71
Técnicos sociais	12	56,19		674,31
Auxiliar administrativo	12	23,17		278,06
Motorista	12	21,40		256,74
Total item B			64,04	2.150,82
Valor total para os itens 1 e 2			100,00	3.758,79
Valor total para a atividade				3.758,79

**LEMBRE-SE**

Analise os custos fixos da organização e o potencial de agregar parcerias por projetos, pois existem editais que permitem a compra de material permanente e outros não. Ao elaborarmos um Projeto Social matriz da organização, temos também um orçamento geral, e a partir daí podemos desmembrar em projetos específicos em busca de recursos, direcionando adequadamente os custos permitidos pelos agentes financiadores.

No quadro exemplificado ao lado, temos o orçamento de uma atividade de 4 horas, creio ser bom lembrar ao leitor dos custos de encargos sociais caso haja contratação de profissionais, no caso da atividade em tela, os encargos estão na memória de cálculo e no orçamento geral do Projeto Social, ressalto que os agentes financiadores em sua maioria têm formulários próprios para elaboração de orçamentos.

Logo, o conceito de orçamento para projetos sociais se reflete na organização de todos os insumos necessários para as ações propostas, recursos humanos (quantidade e perfil dos técnicos), recursos materiais (infra-estrutura, equipamentos etc.) e recursos financeiros.

E, por fim, ter coerência é fundamental. Ou seja, propor ações que sejam possíveis dentro do orçamento, uma metodologia com poucas atividades, bem executada e com uma prestação de contas verídica, terá muito mais resultado, que dezenas de atividades operacionalizadas superficialmente, com profissionais sobrecarregados e recursos minguados. Pensar no desenvolvimento social é pensar no desenvolvimento humano dos sujeitos que participarão dos projetos, não são números e estatísticas, são pessoas!

PASSO 9 – MARCO LÓGICO

O marco lógico é um modelo de planejamento e gerenciamento de ações sociais, pouco usado no Brasil, mas utilizado com frequência em Projetos Sociais financiados por organizações de cooperação internacional como a Unicef, BID e Banco Mundial.

Essa lógica de intervenção se estrutura a partir do eixo: Objetivo Geral – Objetivo do Projeto – Resultados – Atividades. Na elaboração do Marco Lógico se considera as questões importantes do projeto a partir da leitura de cenário, a articulação entre os elementos do Projeto, a elaboração de indicadores de monitoramento e avaliação, a análise dos fatores de risco para o alcance dos objetivos.

PRÁTICA

Marco Lógico na Prática

- A partir da leitura do diagnóstico, das estratégias propostas na metodologia e dos objetivos da intervenção, podemos montar uma tabela conforme o modelo abaixo:

Tabela 11: Marco lógico

	Descrição	Indicadores	Fontes de verificação	Pressupostos
Impacto	Ampliar os canais para o atendimento social. Mobilizar 10% da população na adesão dessa iniciativa	Porcentagem de Adesão da população que já usam os equipamentos sociais	Número de acessos ao site/ aplicativo abertura de solicitação de atendimento web, solicitações e encaminhamentos junto a secretaria.	Disponibilidade de internet aberta nos equipamentos sociais do município; Estruturar com equipamentos e recursos humanos o setor responsável.
Objetivo(s)	Implantação do canal de Atendimento social digital para dar informações sobre os programas e projetos sociais em andamento no município, dar devolutivas de solicitações feitas nos atendimentos presenciais e online.	Aumento (%) da procura por atendimento online.	Número de atendimentos da população cadastrada nos equipamentos (programas e projetos); Número de atendimentos de pessoas não cadastradas em programas e projetos sociais.	Equipamentos sociais dotados de estrutura e internet para os profissionais atuarem, arranjos interinstitucionais com outras secretarias para encaminhamentos via e-mail e ou processos digitais.



	Descrição	Indicadores	Fontes de verificação	Pressupostos
Resultados	Mobilizar 10% da população.	% das devolutivas e situações em andamento via canal do Atendimento Digital.	Número de atendimentos online realizados, número de contatos para dar devolutivas de conclusão ou encaminhamentos.	Disponibilidade de infraestrutura e recursos humanos qualificados.
Atividades	Instalar 20 Banners com QR code nos equipamentos; Divulgação diária nas redes sociais, com vídeos, cards, tutoriais.	Número de Banners instalados; Número de acessos e engajamento.	Registro da colocação nos equipamentos; Relatório com materiais de comunicação social e impressões da divulgação.	Interesse da população em conhecer o projeto.

Fonte: Emiliano, 2021

Os pressupostos se referem às condições para que as atividades ocorram, além de possibilitarem uma análise de riscos e a reflexão sobre o que pode ser realizado caso algo não funcione como o previsto.

Com essa técnica, é seguida a lógica de que cada linha que ocorra possibilita a linha seguinte. Segue o esquema:

	Descrição	Indicadores	Fontes de verificação	Pressupostos
Impacto	Se os objetivos são alcançados, então eles contribuem para o impacto.			
Objetivo(s)	Se os resultados são produzidos, então os Objetivos podem ser alcançados.			
Resultados	Se as atividades forem executadas, então os resultados serão produzidos.			
Atividades	Se os insumos/recursos adequados são fornecidos, as atividades podem ser realizadas.			

Fonte: Emiliano, 2021

Na perspectiva do Marco Lógico, o projeto social bem-sucedido é aquele que:

- Alcança os resultados desejados no cronograma previsto e com os recursos orçados;
- Alcança os objetivos estabelecidos, resultando em mudanças concretas na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos participantes do projeto;
- Permite aos participantes condições de se apropriarem do projeto (transparência);
- Gera conhecimentos e inovações na prática;
- Gera tecnologias sociais para multiplicação;
- Engaja e atrai interesse de parceiros.

**LEMBRE-SE**

Essa ferramenta auxilia a equipe a ter clareza sobre a responsabilidade e gerenciamento das ações previstas. Possibilita a verificação dos objetivos e sua relação com as atividades programadas (objetivos vagos sem relação com a metodologia é um dos problemas comuns nos projetos sociais) e também a averiguação das metas e formas de avaliação.

SUSTENTABILIDADE

Esse conceito se relaciona com os Projetos Sociais em diferentes aspectos, seja nas ações de responsabilidade social no segundo setor, no uso dos recursos naturais e a questão ambiental para o desenvolvimento das atividades do projeto e na dimensão da continuidade no tempo. Aqui, a sustentabilidade deve considerar os efeitos das ações sociais da temática e ações voltadas à continuidade, à criação de novas parcerias durante a execução e ao fortalecimento social visando que a comunidade se aproprie do projeto como uma ferramenta de desenvolvimento social.

COMUNICAÇÃO

A COMUNICAÇÃO NOS PROJETOS SOCIAIS

Vivemos em uma realidade permeada por mídias e tecnologias, a era digital chegou acelerando o futuro, facilitando acesso a serviços e a um mundo de informações, em um primeiro momento ousamos pensar na diversidade de ferramentas digitais como canais de educação e geração de conhecimentos, afinal informação é poder, e se todos acessam a informação, logo todos acessam o poder! Mas não é simples assim, rapidamente constatamos que o uso desses canais para participação social digital, para a comunicação social dos projetos e para educação cidadã, não funciona tão bem quanto os vídeos de besteiro que viraliza diariamente.

Do ponto de vista conceitual, a comunicação social é o ramo da comunicação que analisa as relações existentes entre as mudanças sociais e as relacionadas ao modelo de comunicação. Na prática, é uma área que se dedica a investigar e a aperfeiçoar a forma que as pessoas têm para interagir socialmente, transmitir notícias e compartilhar informações, não há como desconsiderar o papel do marketing no condicionamento, alienação e direcionamento da população. No cenário contemporâneo, o marketing digital extrapolou o consumo e passou a influenciar a política, assistimos

eleições de presidentes, promoção de impeachment, criação de heróis, entre outros abusos financiados por interesses metacapitalistas. E o uso indiscriminado e abuso dessa potente ferramenta, provavelmente, é um dos motivos pelos quais evitamos usar essas estratégias de marketing no trabalho social.

Compreenda que as ferramentas em si não possuem ideologia, um Projeto Social pode ser usado para manutenção de interesses políticos ou para emancipação cidadã, logo, as ferramentas do marketing que são usadas para manipulação podem ser aplicadas para mudanças comportamentais a partir da decisão do indivíduo ou do coletivo, caso a ferramenta seja usada com ética e princípios do desenvolvimento social, difundindo informações de qualidade, possibilitando tomadas de decisões no âmbito individual e dos processos coletivos.

Ao tempo em que os profissionais da área social ocupam pouco ou quase nenhum espaço virtual para divulgar e realizar atividades, é cena comum no nosso cotidiano, observar a população usando os celulares para acessar a internet. Sim, a exclusão digital é uma realidade, mas, ainda assim, as redes sociais chegam à maioria da população, mesmo a população pauperizada. Dados do IBGE apontam que com 143,5 milhões de pessoas conectadas (2019), o Brasil é o quarto país em número de usuários de internet, ou seja, 78% da população conhece e acessa a rede global de internet, os dados indicam que o público que mais cresceu foi o de idosos. Em áreas urbanas, 80% das moradias tem acesso à rede, e, em áreas rurais, por volta de 45% de domicílios estão conectados.

A manutenção da população conectada gera dados para os algoritmos (perfis comportamentais) e tem valor de mercado, por isso, muitas companhias ofertam redes sociais e WhatsApp fora dos pacotes de dados, já há um aplicativo que está monetizando o tempo que a pessoa passa assistindo vídeos de besteiro, se esse for o novo paradigma como ficará a educação e desenvolvimento social da próxima geração?

Nesse contexto, entender o motivo pelo qual a comunicação social é fundamental para os projetos sociais passa por compreender minimamente a era digital, e, dentre muitos conceitos cunhados recentemente aqui destaco dois, A Sociedade de Controle (Deleuze: 2017), e o Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2021). De uma forma bem superficial, A Sociedade de Controle adentra esse virtual, no qual a disseminação de informações se dá acordo com interesses de segmentos do poder para manipular, oprimir e gerar medo na população, pressionando seu comportamento em razão dos interesses do mercado. Assim, não precisamos mais ir à escola para assistir uma aula, não precisamos mais ir a um espaço físico de uma empresa para trabalhar, não se precisa mais de muros para controlar e disciplinar a sociedade (manipulação das massas), uma vez que tudo é moldável e flexível e pode ser alterado o tempo todo.

As redes sociais refletem isso, visto que a técnica direciona fluxos e conteúdos por perfis, formando grupos pautados pelo diferencial único, há bolhas e bolhas que confirmam para um determinado grupo de indivíduos que eles são diferentes, que seu posicionamento e valores são os corretos, isso multiplicado

pelas diversas pautas e coletivos, criando uma infinidade de grupos, mas com um comportamento que segue o mesmo padrão em todos os grupos (e muitas polarizações), assim, é mais fácil de controlar.

Ainda de forma superficial, o conceito do Capitalismo de Vigilância tem como base o papel dos algoritmos que articulam o poder disciplinar com o biopoder, em grandes empresas os algoritmos monitoram a produtividade, criam métricas, monitoram, demitem, recentemente uma grande empresa demitiu mulheres grávidas por diminuírem a produtividade.

A automatização das desigualdades se expressa também nos algoritmos de leitura facial para segurança e outros programas que controlam e punem os mais pobres. Se a automatização e os algoritmos disciplinares ainda não chegaram ao Brasil, não podemos dizer o mesmo do biopoder, algoritmos que leem os comportamentos de consumo, lazer, preferências sobre os diversos temas e antecipam o que o indivíduo precisa consumir, ler, ver, acessar em tempo real.

Tudo isso chegando de forma silenciosa e sem regulação que de conta das mudanças na velocidade em que elas ocorrem, impactando o desenvolvimento social, nos deixando por vezes imobilizados diante da avalanche de informações e velocidade das mudanças.

As mudanças seguirão se acelerando, assim como a captura comportamental por algoritmos e o direcionamento para a disputa, fragmentação, individualismos, em acordo com os interesses do mercado. Os questionamentos são: como podemos fazer uso das mídias para as ações sociais? Como podemos usar esses veículos para sensibilizar, mobilizar, esclarecer e

fortalecer os indivíduos e coletivos? Como podemos nos apropriar das técnicas de marketing para gerar mudanças e para a construção voltada à autonomia e liberdade?

Precisamos estudar um pouco sobre mentalidade, sobre como processamos as informações, sobre como os símbolos, linguagem, cores e músicas têm significados para nós, gerando emoções e reações a nível de consciente ou subconsciente e como a mídia e o mercado utilizam essas informações em seus enunciados para modular comportamentos. No âmbito social podemos fazer a engenharia reversa, ou seja, usar os signos da comunicação para desenvolver autonomia e emancipação para mobilizar em torno de objetivos coletivos. Segue um esquema para vermos como a comunicação social influencia nosso trabalho.



Fonte: Emiliano, 2021

Enfim, ao reconhecermos as mudanças com a chegada da era digital e seu potencial para alienar ou para ser ponte para o desenvolvimento social pautado na democracia e no acesso ao conhecimento para as liberdades (expressão, desenvolvimento das capacidades produtivas, governança etc.), estamos dando um passo em direção à ação social crítica, com objetivos de criar condições para rupturas.

Informação segue sendo poder, mas também segue sendo usada para dominar e controlar. Por esse motivo, precisamos conhecer as estratégias para conquistar espaços virtuais, passar a mensagem dos projetos sociais, criar canais de comunicação, interação e participação, enfim, integrar as ferramentas de comunicação social digital em todos os projetos sociais, sob pena de seguirmos com metodologias de comunicação obsoletas em relação ao cenário que estamos atuando.



LEMBRE-SE

Quando o Projeto possui financiadores do mercado uma das contrapartidas consideradas são os espaços e meios de comunicação nos quais a marca da empresa será exibida (Ex.: folders, backdrop, vídeos, estandes, outdoor, redes sociais, mídias). É uma forma de ganharem visibilidade e reconhecimento como apoiadores de causas de interesse social (além de ESG/Responsabilidade Social na prática).

Ressalto que essa comunicação deve ocorrer de forma respeitosa, ética e transparente, alguns editais pedem a inserção no projeto social, dos materiais de comunicação e suas quantidades (logomarcas e meios de publicização), é uma forma de consolidar o caminho das boas práticas para futuros investimentos.

COMUNICAÇÃO SOCIAL NA PRÁTICA

Mesmo em um cenário “ideal” no qual tenhamos estrutura, recursos humanos e financeiros, se as ações não forem compreendidas pelo grupo, pela comunidade e população, é provável que os resultados que se tenha, fique muito aquém dos indicadores desenhados. Por isso, a comunicação é a chave que nos permite passar a mensagem, dialogar, pactuar, sensibilizar, mobilizar, interagir com os atores sociais, garantindo a participação, governança, no desenvolvimento de planos, projetos e atividades. Seguem alguns pontos a serem observados no processo de elaboração de projetos:

Princípios a serem considerados para a Comunicação em Projetos Sociais:

- Horizontalidade
- Interconhecimento
- Respeito às memórias
- Protagonismo
- Interações



Ações prévias a definição de estratégias de comunicação

- Compreender a linguagem, identidade do público-alvo;
- Identificar as tecnologias já utilizadas pela população e relacionar com ferramentas adequadas/disponíveis ao trabalho social em desenvolvimento (canais de comunicação já existentes, ou de parceiros que possam estar disponíveis);
- Criar peças de comunicação social com imagens, cores, linguagem a partir da identidade;
- Definir as ferramentas de comunicação social que serão utilizadas em atendimentos/ abordagens individuais e coletivas – tradicionais e digitais.



LEMBRE-SE

De usar as plataformas mais conhecidas e simples: mensagens de texto WhatsApp, face book, youtube e SMS. Você pode mesclar o uso das plataformas com as mídias tradicionais como rádios comunitárias, carro de som, painéis em locais de movimento como comércio e alguns equipamentos.

Orienta-se atividades de alinhamento de conhecimentos para o uso dessas ferramentas remotas, como oficinas comunitárias para aprimorar o processo de engajamento virtual.

Identifique o que engaja

- Engajamento – só é possível quando os envolvidos acreditam no caminho escolhido por eles mesmos. Nosso papel é de facilitar a comunicação para que o grupo encontre o ponto de união, as questões pelas quais possam renunciar pequenos conflitos para defender como uma força coletiva.
- Metodologias como oficina de diagnóstico rápido participativo, aplicação de enquetes, roda de conversa, árvores de problemas, matriz FOFA, podem apontar os pontos de fortalecimento e mobilização social (vulnerabilidades e potencialidades) a serem trabalhadas para empoderar a mensagem chave do projeto social.

Recursos para sensibilização e mobilização

- Vídeos informativos, cartilhas digitais, animações, podcast, conteúdos nas redes.
- A decisão sobre as mídias a serem usadas deve ser tomada de acordo com a resposta do público-alvo, é preciso testar o que funciona melhor.



LEMBRE-SE

Essas ferramentas sem uso estratégico têm baixo poder de sensibilização. Um convite para uma atividade postado nas redes e divulgado por WhatsApp pelos profissionais e lideranças locais terá um poder de mobilização maior do que a repetição da postagem diariamente ou impulsionamento no território.

Recursos que podem ser utilizados para atividades

- Linguagem simples e que aproxima – direcionada ao público do projeto (observar a identidade cultural e geração);
- Redes para unir (empoderar) – por exemplo, partilha (áudios, vídeos, fotos) das narrativas, memórias e histórias para conectar pessoas e formar uma cartografia do processo.
- Plataformas para vídeos informativos e encontros virtuais em projetos com metodologia híbrida;
- Enquetes digitais para colher informações (de forma anônima) sobre conflitos e temáticas delicadas;
- Guia de conversa (google forms) para atendimentos individuais;
- Redes para fortalecer lutas, comércio local, redes de solidariedade, informações sobre políticas sociais e serviços.



Canais de comunicação do Projeto Social

- Atendimento virtual para esclarecimentos sobre as ações do projeto em andamento, respostas às solicitações e outros encaminhamentos. Pode ser feito por WhatsApp, site, e-mail, mesclando com os canais tradicionais dos plantões sociais.



LEMBRE-SE

É preciso ter estratégia para atendimento virtual, regras, horários de atendimento, prazos para devolutivas, no caso da formação de grupos de WhatsApp é preciso pactuar as regras de funcionamento e participação, indica-se que sejam grupos de transmissão com horários de aberturas para trocas sobre temas específicos, para não se transformar em mais um problema no desenvolvimento das ações sociais.

Nossos maiores desafios para uso das tecnologias no trabalho social são:

- Falta calor humano;
- A participação dos líderes comunitários é mais frequente, mas nem sempre representativa;
- Realizar diálogos e tomadas de decisões no ambiente virtual pode ser mais desafiador;



Grupos que podem ter mais dificuldade de adaptação ao ambiente virtual:

- Pessoas culturalmente não familiarizadas com tecnologia;
- Pessoas com medo de câmeras e fotos de si mesmas;
- Pessoas com tendência a não falar abertamente em grandes reuniões;
- Pessoas cegas e / ou com deficiência auditiva;
- Pessoas analfabetas;
- Trabalhadores migrantes ou sazonais;
- Pessoas com deficiência;
- Jovens e idosos;
- Mulheres e grupos LGBTQ;
- Povos Indígenas / Comunidades Tradicionais

Para não contribuímos para exclusão dupla (grupos vulneráveis que já são excluídos de reuniões públicas e serão excluídos de reuniões virtuais), é preciso estar atento e encontrar formas criativas de trabalhar com esses indivíduos, em especial os idosos, que têm menos mobilidade e culturalmente são menos propensos a usar o ambiente virtual.

Contudo, é inegável que a internet amplificou o acesso à informação, então não há mais limites para entidades, grupos sociais, indivíduos, organizações sociais

divulgarem seus projetos de transformação social em rede, ou nas redes. Nós, da área social, não podemos deixar de ocupar esse espaço.

PALAVRAS DE UMA MULTIPLICADORA SOCIAL

Conheci a professora Elisamara através do curso à distância “Projeto Social na Prática”, que abordava os conteúdos teóricos e práticos do projeto social no âmbito de sua execução.

Logo fiquei impactada com o detalhamento de sua narrativa do atual cenário social e correlação com características do conjunto de projetos que viemos produzindo ao longo do tempo. Sua fala era música para meus ouvidos, que ansiavam por respostas objetivas e claras, mediante questionamentos pessoais com relação aos resultados de nossas atuações profissionais.

Apesar de ter longa trajetória como assistente social por mais de 25 anos em várias frentes de trabalho e com diferentes segmentos da política de Assistência Social, novas e antigas motivações me direcionaram ao curso.

Foi impactante ouvir com tanta fundamentação do panorama social brasileiro da atualidade, ao tempo que demonstrava esperanças na possibilidade de uma prática social diferenciada, humanizada, assertiva e direcionada para resultados efetivos.

Ainda atuando profissionalmente, embora aposentada no serviço público do Distrito Federal, alimentei perspectivas quanto ao desejo de, no curso, atualizar ferramentas de planejamento social, estudar e entender o advento da incorporação da agenda ESG nas

empresas (e a vejo como nova área de trabalho para o SS), ter novas reflexões, conhecer pessoas e buscar respostas para uma insatisfação decorrente de vários desdobramentos e resultados em projetos sociais, do âmbito governamental e do Terceiro Setor, que não resultaram nas intervenções esperadas.

A decisão de fazer o curso não me frustrou. Fui grativamente me surpreendendo e, a cada aula, novos elementos para reflexão foram se somando às instigantes análises trazidas pela professora, à luz das numerosas experiências que vivi planejando, elaborando e executando projetos sociais.

Enfim, a partir de muitos questionamentos acerca do que estamos produzindo na esfera profissional, vislumbrei possibilidades com a tão necessária “virada de mesa” em nossas atuações, vez que o desenvolvimento humano é imprescindível para mudanças no patamar social, considerando os alarmantes índices do país com relação ao aumento da pobreza, desemprego, índices inflacionários, sucateamento e limitado alcance da população pobre às políticas públicas com qualidade.

Afirmo que, como agentes sociais, não podemos desconsiderar que no âmbito de profissionais que buscam a garantia de direitos, em grande parte, por muito tempo e com considerável esforço, com incidência, estamos desenvolvendo o mesmo trabalho, com as mesmas concepções, tendo os mesmos resultados com a frustração na “produção” de cidadãos dependentes e passivos.

Sob minha ótica, nunca foram garantidores de êxitos projetos sociais sem elementos vitais como

participação, detalhado estudo dos contextos sociais que se pretende atuar, monitoramento constante com base na tríade ação-reflexão-ação, mensuração de indicadores e avaliação criteriosa. Porém, nem sempre locais onde se trabalha garantem, cultivam e/ou acreditam na realização de tais fases do projeto social

Tive a sorte e orgulho de, durante dois anos, ser aluna universitária da professora Luiza Erundina, que ministrava a disciplina “Sociologia para o Desenvolvimento”. Assistente social, mestra e, hoje, respeitada deputada federal com mais de 85 anos, ainda atua firmemente na busca da garantia de direitos dos mais vulneráveis. É muito nítida a lembrança de ouvi-la dizer que o primeiro “cliente” do assistente social é seu próprio empregador. Constatei isso na prática em minha trajetória profissional e ainda considero essa afirmação como válida.

Dialogar com seu empregador, expondo e defendendo argumentos fundamentados e coerentes com a realidade e objetivos que se pretende alcançar, é iniciativa fundamental para planejamentos mais assertivos e focados na mudança que se quer processar, com conhecimento do público, suas características, realidade que vivenciam na busca de resultados mensuráveis que devem trazer reflexões sobre a assertividade do projeto e futuros planejamentos.

Ter visão geral, detalhar cada fase do projeto social e os resultados que se pode obter, colaborará tanto no horizonte da instituição empregadora, como de seus representantes. Para tanto, faz-se necessário que tenhamos, como profissionais, a compreensão da sociedade que se almeja e sua parcela de contribuição;

afinal, somos aquilo que fazemos.

O curso “Projeto Social na Prática” proporcionou muito aprendizado, mas não poderia ficar restrito aos alunos que o acessaram; é um somatório de reflexões, informações, análises que precisavam “ganhar asas” e assim o fez com o “nascimento” deste livro.

No livro, estão presentes os elementos vitais para a consecução de ações que realmente gerem impactos sociais. Para tanto, a autora esmiúça, apresenta com detalhes todas as fases do projeto social efetivo e gerador de desenvolvimento social a partir da necessária focalização na pessoa humana, dotada de história, interesses, sonhos, talentos e possibilidades. São mudanças que urgem na nossa atual sociedade brasileira.

Há muito tempo se observa que investimentos na área social, sejam de âmbito governamental ou de outras instituições financiadoras, não resultaram em avanços de grupos, comunidades ou mesmo de cidades em várias esferas, por múltiplos motivos, inclusive com desvios de recursos e outros níveis de interesse, mas penso que não basta rejeitarmos tais práticas. Se faz necessário, dessa forma, ir além, no sentido de utilizarmos mecanismos e ferramentas que possam romper com este paradigma e empoderar os públicos destinatários dos projetos sociais, patrocinados ou não, cujos objetivos contemplem resultados, impactos e autonomia dos participantes e consequente liberdade para escolher, participar, opinar e contribuir.

Não há receitas prontas para tais fazeres, mas se constata que o livro que agora nos é disponibilizado, oferece caminhos referendados em concepções e metodologias, além do detalhamento da funcionalidade de

cada parte que compõe um projeto social, com fundamentação teórica para a concretização dos objetivos que propomos em nossos projetos.

Não podemos ignorar que tivemos, ao longo do tempo, e por ocorrências advindas de situações mercadológicas e interesses de determinados grupos, larga oferta em várias áreas de educação no nível superior que não foi acompanhada da qualidade necessária. Acompanhou este cenário a precarização da política educacional e consequente perda de qualidade.

Como consequência, temos em várias profissões formações questionáveis e com o Serviço Social não foi diferente. Ouso afirmar que há, no âmbito geral, carência de maior aprofundamento conceitual e metodológico. Portanto, creio que a leitura e estudo deste livro oferece valiosas reflexões e atualização para todos aqueles que ainda estejam dispostos a aprender.

A pandemia que vitimou o mundo a partir de 2020 trouxe para o panorama brasileiro o descortinar realista de uma sociedade que convive com gigantescas diferenças sociais, ainda comprometida com as influências advindas dos períodos escravagistas, reproduzindo e convivendo com as diferenças e ainda, em grande parte, culpando o pobre pela sua pobreza.

Ter ampla leitura de cenários sociais e melhores práticas para gerar mudanças é tarefa premente de nossa profissão. Para tanto, a garantia da sustentabilidade de nossos projetos sociais perpassa por trabalho apurado, organizado e planejado. Perpassa, ainda, pelo entendimento de que boas ideias não se sustentam sem o necessário aparato orçamentário.

Bons projetos não passam de sonhos idealizados sem os devidos recursos para viabilizá-los, portanto, como profissionais da área social, conhecer, entender, atuar, propor e manusear as tabelas orçamentárias são práticas que não podem ser ignoradas. Ainda como aluna do Serviço Social, nos dois anos iniciais, havia no currículo aulas de Economia; assisti-las, muitas vezes, foram motivadas pelo receio dos prejuízos que causariam em me ausentar.

Posteriormente, na prática, consegui compreender a importância dos conhecimentos adquiridos e como seriam ainda necessários aprimorá-los, como, por exemplo, conhecendo leis e normas específicas que regem a elaboração e execução do planejamento orçamentário.

Observei e tive experiências planejando e executando projetos sociais que, concomitante aos procedimentos de elaboração, devem ser delineadas estratégias para a busca de fontes de recursos. Portanto, carece de atenção nesta importante etapa de planejamento, estudo de possíveis investidores e seus critérios, para garantir a sustentabilidade das ações, lembrando sempre que os objetivos dos projetos visam desenvolvimento humano e como observa a professora Elisamara: “devem ser mensurados como pessoas e não como números”.

Por fim, quero destacar, mais uma vez, a urgente necessidade de elaborarmos projetos sociais que realmente possam contribuir para todos que compõe o público sujeito desta ferramenta de planejamento, na busca de resultados com a mensuração de indicadores que propiciam avaliações realistas e propositivas,

respostas ao investimento comprometido, aos participantes e usuários do projeto. Acredito que as avaliações em projetos sociais extrapolam a busca de aprimoramento e resultados – são processos que revelam transparência, credibilidade, ética, profissionalismo e uma prestação de contas à sociedade.

Ilustra inteiramente esta reflexão o pensamento de Amartya Sen no livro “Desenvolvimento como Liberdade”, quando afirma que “o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”.

Por fim, desejo expressar minha gratidão à professora Elisamara pela confiança e oportunidade de deixar aqui registradas algumas palavras que, espero, sejam reconhecidas como esperança de que podemos fazer mais e melhor, deixando nossa contribuição para um desenvolvimento social que vá além das estatísticas de renda, riqueza e de crescimento, mas na direção da melhoria de vida e de oportunidades para todos.

Há, na vida, grandes encontros! Creio que conhecer e interagir com a professora Elisamara se configurou para mim um desses momentos que nos marca e nos faz crescer.

O livro que ela produziu trará para muitos profissionais, assim como foi para mim, respostas para questionamentos angustiantes diante da realidade social

que vivemos. Precisamos atuar para que todos neste país sejam reconhecidos como detentores de talentos e possibilidades, sendo credores como seres humanos e cidadãos de vida digna.

Somos o que fazemos, mas sempre podemos fazer melhor!

Charlie Brow estava cabisbaixo, pensativo ao lado de Snoopy e disse: Sabia que um dia iremos morrer? Snoop olha firmemente para Charlie Brow e diz: mas os outros dias não!!! Que nossa vida profissional possa ser repleta de dias para viver, e neles edificar crescimentos pessoais e sociais, com trabalho responsável, alegria, entusiasmo e esperança!

Sandra Regina Morato Martins,
Assistente Social, Presidente da Valores – Agência
para o Desenvolvimento Social e consultora
da Valor Cultural

O PRÓXIMO CAPÍTULO É COM VOCÊ

Neste livro, procuro apresentar a você as grandes etapas da elaboração de um Projeto Social, começando por entender o que é essa ferramenta, a importância de sua aplicação nos três setores da nossa sociedade e o conteúdo de um projeto social, ponto a ponto.

Sabemos que as metodologias e tecnologias sociais estão em constante atualização, correspondendo a esse cenário de mudanças aceleradas. Podemos usar uma diversidade de ferramentas para leitura de cenários, aplicações metodológicas, monitoramento e avaliação das ações sociais.

No entanto, os desafios para aplicação dessas ferramentas são enormes, estamos em meio a um cenário de crises, marcado pelo aumento das desigualdades e desespero da população, que por sua vez é usado como moeda no balcão de negócios de interesses de políticos e do mercado.

Nesse cenário, você como profissional da área social, tem o papel de manter o foco no que é realmente importante, e ao escolher as metodologias ter clareza do objetivo da ação e analisar se as ferramentas adotadas te aproximam ou te afastam dos resultados que busca.

Lembrando que cada um de nós somos seres humanos, prestando serviço a outros seres humanos e a qualidade de nosso serviço está diretamente ligada ao desenvolvimento de nossas capacidades e habilidades em lidar com os sujeitos sociais e as situações adversas.

Espero que esse livro lhe ajude a ser a diferença que você quer na nossa sociedade com muito mais segurança e praticidade, bem como contribua para seu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI. Domingos. Como elaborar Projetos? Tomo editorial, 2009.

BOURDIEU, P., WACQUANT, L. J. D. Réponses: Pour une anthropologie réflexive. Paris: Editions du Seuil, 1992.

BRASIL. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Lei nº 13.019 de 30 de julho de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Caderno de estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Editora 34. 3º edição, 2017.

FLACSO. Guia do Diagnóstico Participativo, 2015. Disponível em < flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo_edicao2.pdf >

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JANUZZI. Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, 2016.

Laboratório das Desigualdades Mundiais. Matéria da BBC, 2021. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm>>

LOPEZ, F. Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: Ipea, 2018.

MARTINS. Eduardo. Dinheiro da Cultura e a ótica da sustentabilidade, 2021. Disponível em < <https://valor-cultural.com.br/saiba-para-onde-vai-o-dinheiro-da-cultura-sob-a-otica-da-responsabilidade-social/>>

MASLOW, A. Introdução à psicologia do ser. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962

MELLO, Janine. PEREIRA, Ana Camila R. ANDRADE, Pedro G. Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ongs? Análise de transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no brasil. IPEA, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9331/1/TD_2483.PDF>

PAULA, Juarez Desenvolvimento local: como fazer? Brasília: SEBRAE, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZUBOFF, Shoshana . A Era do Capitalismo de Vigilância. Editora Intrínseca, 2021.

SITES PARA CONSULTA

<https://www.ibge.gov.br>

<https://www.br.undp.org>

<https://gife.org.br>

<https://ipea.gov.br/portal/>

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf

ELISAMARA EMILIANO

Sou uma profissional dedicada ao entrelaçamento do desenvolvimento de soft skills com a gestão eficaz de projetos. Minha carreira como Assistente Social, urbanista, professora e mentora reflete uma jornada enriquecida por relações humanas profundas e o compromisso com o crescimento pessoal e social.

Com mais de 20 anos de experiência em planejamento territorial e desenvolvimento econômico, especializei-me em projetos que fomentam o desenvolvimento social, desde ações de reassentamento involuntário e mediação de conflitos até o fortalecimento de comunidades e programas de Responsabilidade Social.

Em cada um desses projetos, a gestão emocional tem sido um pilar, permitindo a criação de ambientes onde a empatia e a compreensão mútua propiciam o progresso sustentável.

Minha abordagem ao desenvolvimento de soft skills transcende o âmbito pessoal, influenciando positivamente equipes e lideranças no alcance de objetivos conjuntos. Acredito firmemente que a capacidade de gerir emoções é complementar à gestão de projetos, sendo ambas essenciais para liderar com sucesso em um mundo em constante mudança.

 www.elisamaraemiliano.com.br



@Elisamaraemiliano

